

CLASSES E ESTRATOS SOCIAIS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Este é um ensaio não publicado, escrito em 1981, no mesmo ano em que foi publicado *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (Editora Brasiliense), livro contendo os principais ensaios que havia escrito anteriormente sobre a teoria da nova classe profissional. Nesse livro estão presentes, entre outros, meus dois outros trabalhos centrais sobre a matéria, *A Emergência da Tecnoburocracia* (1972) e *Notas Introdutórias ao Modo de Produção Estatal ou Tecnoburocrático* (1977). Eu pretendia incluir este terceiro ensaio num livro a ser publicado em inglês – um projeto que acabou não se realizando. Como pretendo rever e atualizar este trabalho, decidi agora transformá-lo em texto para discussão, de forma que eventuais leitores possam fazer sugestões (bresser@fgvsp.br) que serão muito bem vindas. É um ensaio datado, mas acredito que continua sendo relevante para compreender a estrutura social do mundo em que vivemos. Embora complementado pelos outros ensaios, ele pode ser lido independentemente.

A tecnoburocracia constitui uma classe social na medida em que assume todas as características específicas dessa categoria social. Não é mais um grupo de status, como era a burocracia na época do feudalismo e na fase competitiva do capitalismo. A tecnoburocracia é a classe dominante no estatismo e a classe ascendente no capitalismo tecnoburocrático. Numa formação social que é basicamente controlada pelo Estado, como a União Soviética ou a China, a tecnoburocracia é a classe dominante. Em formações sociais mistas, como nos Estados Unidos, na França ou no Brasil, onde o modo de produção capitalista é dominante, a tecnoburocracia cresce tanto em força como em número, embora esteja subordinada à burguesia.

De acordo com a tradição marxista, as classes sociais são grandes grupos sociais definidos por sua inserção nas relações fundamentais de produção dentro de um sistema econômico e social particular. Duas classes básicas existem no capitalismo: a classe dominante, que controla o Estado e se apropria do excedente econômico na forma de lucros e juros, e a classe trabalhadora. Essas duas classes são definidas pelo papel que desempenham na produção, resultado direto da divisão social do trabalho.

Luiz Carlos Bresser-Pereira leciona economia na Fundação Getúlio Vargas e teoria política na Universidade de São Paulo.

bresserpereira@uol.com.br

www.bresserpereira.org.br

Deixando de lado as várias subdivisões menores, existe uma divisão fundamental entre aqueles que detêm os meios de produção, e conseqüentemente os controlam, e aqueles que não o fazem.

É esta relação básica de produção que dá uma definição estrutural às classes sociais. Ela estabelece as funções essenciais que os agentes sociais preenchem no processo produtivo, bem como as formas de participação correspondentes no produto social. Apoiada pelo aparelho do Estado, que ela controla, a classe dominante em cada modo de produção apropria-se do excedente para si própria. Esta apropriação toma a forma de impostos no sistema econômico e social asiático, de trabalho escravo na escravidão, de corvêia no feudalismo, de lucro especulativo ou acumulação primitiva no capitalismo mercantilista, e de mais-valia ou lucro no capitalismo.

Até quase o fim do século XIX, os trabalhadores eram forçados a aceitar por seu trabalho uma remuneração que correspondia à mera subsistência. O excedente era totalmente apropriado pela classe dominante. Marx e os economistas clássicos definiram o trabalho assalariado precisamente como o nível de subsistência. Eles desenvolveram uma teoria de distribuição da renda na qual os salários eram dados como este nível de subsistência, mas historicamente determinados, enquanto os lucros apareciam como o resíduo, como a conseqüência do aumento (ou diminuição, nas teorias da estagnação de Ricardo e Marx) da produtividade. O enorme aumento de produtividade ensejado pelo capitalismo e o crescimento da capacidade organizacional dos trabalhadores mudou este quadro. Os salários começaram a aumentar acima do nível de subsistência, na proporção do aumento da produtividade, enquanto os lucros permaneceram relativamente constantes a longo prazo, apenas flutuando ciclicamente.¹ Assim, atualmente, no capitalismo tecnoburocrático ou contemporâneo, os trabalhadores também se apropriam do excedente econômico: eles dividem com os capitalistas e com os tecnoburocratas os ganhos de produtividade.

Definir classes sociais dominantes e dominadas em termos de apropriação do excedente não tem mais sentido. Mas definir classes em termos de sua posição nas relações de produção continua a ser válido, desde que não traduzamos relações de produção por níveis de renda. Hoje em dia a sociedade é muito mais complexa, e a divisão do trabalho é muito mais avançada do que no passado. Dividir a sociedade em classes, de acordo com a posição de cada indivíduo nas relações de produção, não é tão direto como era no passado. Mas esta posição continua a ser essencial na definição das classes sociais. Ou você detém diretamente os meios de produção, ou você controla a organização burocrática que detém os meios de produção, ou você realiza diretamente um trabalho. Isto significa que você vai pertencer ou à classe capitalista, ou à classe média tecnoburocrática, ou à classe trabalhadora.

¹ Desenvolvi formalmente em outro livro (1986) esta inversão da teoria clássica da distribuição, fazendo dos lucros a variável independente e dos salários, a dependente, variando de acordo com o aumento da produtividade.

Atores principais na história

A definição estrutural das classes sociais baseada nas relações de produção não pretende ser meramente descritiva. Em termos do pensamento marxista, que é subjacente ao argumento, as classes sociais são os atores privilegiados na história, e sua ação assume a forma de luta de classes. As classes sociais se definem em termos de conflito, em termos de luta pelo poder do estado e em termos da disputa sobre a apropriação do excedente. Nas palavras de Marx e Engels:

Os indivíduos isolados formam uma classe apenas na medida em que precisam levar a efeito uma batalha em comum contra outra classe... (1846: 82)

No entanto, além da luta de classes, os conflitos entre nações e entre setores dentro da classe dominante também precisam ser considerados. Basicamente, a guerra é uma estratégia das classes dominantes, uma forma de se apropriar do excedente externo e também uma forma de neutralizar o conflito de classes interno. As lutas entre setores da classe dominante ocorrem principalmente quando a classe dominante é tão hegemônica que pode tolerar conflitos internos. Embora ainda sejam significativas atualmente, essas lutas foram mais importantes no passado, quando o equilíbrio de forças entre as classes dominante e dominada era muito mais favorável à primeira.

De acordo com a tradição marxista, é impossível compreender a sociedade e a história se não usarmos as classes sociais como ferramentas básicas. No entanto, a sociologia conservadora sempre subestimou o papel das classes na história. Ao negar a luta de classes como motor básico da história, a sociologia funcionalista precisa, como consequência, minimizar o papel das classes sociais. A teoria de classes marxista e neo-marxista resistiu muito bem a este tipo de ataque até os anos 70. No entanto, após a crise geral da esquerda e do Marxismo, 'a última década testemunhou, por assim dizer, a erosão da teoria de classes e de outros fundamentos do Marxismo tradicional' (Uwe Becker, 1989: 128).

Uma das razões básicas para isso, além da onda conservadora dos últimos dez ou vinte anos, reside na emergência da nova classe: a tecnoburocracia. Como veremos nesta parte do livro, a estrutura social do capitalismo tecnoburocrático moderno tornou-se muito mais gradual, muito menos dicotômica do que a existente no capitalismo clássico - o capitalismo que Marx havia descrito. As classes sociais continuam sendo os atores principais da história. Capitalistas e trabalhadores continuam a agir de acordo com sua própria lógica: a lógica do lucro e da acumulação, no caso dos capitalistas, a lógica das demandas salariais, no caso dos trabalhadores. A luta de classes e a consciência de classe continuam a ser fatores essenciais na história, mas a existência de uma nova classe média entre capitalistas e trabalhadores exige um tipo diferente de análise.

Uma perspectiva histórica

Vimos que as classes sociais são agentes por excelência da história. No entanto também observamos que elas são produto das relações de produção que vão mudando com a história. Conseqüentemente, o conceito de classe social varia nos diferentes períodos históricos e de acordo com os diferentes modos de produção. As classes existem em todos os modos de produção antagônicos, onde uma minoria, inicialmente pela força ou pela coerção, apropria-se do controle efetivo dos meios de produção. As relações de produção são o fator determinante; a base econômica é, portanto, o que está subjacente à divisão essencial entre as classes. No entanto, é apenas no capitalismo que as classes assumem um caráter econômico tão claro e explícito, ficando os aspectos políticos e religiosos apenas como considerações secundárias.

Assim, é correto dizer que as classes sociais, no sentido estrito da palavra, são um fenômeno específico do capitalismo. Apenas num sentido amplo e impreciso podem Marx e Engels ter usado este termo quando afirmam: 'a história de qualquer sociedade existente até hoje é a história da luta de classes' (1848:2). Em muitos outros escritos fica claro que eles usam o conceito de classe como uma ferramenta teórica particularmente útil para explicar como o capitalismo funciona. É somente com o aparecimento do capitalismo que a classe dominante pode se apropriar do excedente através de meios explicitamente econômicos: o mecanismo da mais-valia. Desse modo, as relações entre as classes, definidas como grupos econômicos, tornam-se muito mais claras, não mais obscurecidas pela tradição ou pela religião. O capitalismo traz consigo o liberalismo, que postula tratamento igual perante a lei. O que isto significa em termos da ideologia capitalista é que as distinções de classe não têm legitimidade com base na superestrutura legal e ideológica da sociedade. Assim, a base econômica da classe se torna mais aparente. Alguns vendem e outros compram trabalho no mercado; originam-se daí as diferenças de classe.

Nos modos de produção pré-capitalistas, a classe dominante precisou sempre usar diretamente a força, sozinha ou combinada com a tradição e a religião, a fim de extrair o excedente. No capitalismo, o uso da força ocorre indiretamente. Na medida em que capitalismo é baseado na generalização das mercadorias, o capitalista pode se apropriar do excedente através de um mecanismo essencialmente econômico, a mais-valia. Embora nos modos de produção pré-capitalistas a apropriação do excedente pela classe dominante tivesse um componente decisivamente econômico, ela sempre implicou um tipo de violência ou de uso do poder que não é o poder de mercado, nem o poder derivado do capital. Os impostos instituídos pelo soberano no modo de produção asiático são claramente um meio violento de se apropriar do excedente. O mesmo pode ser dito da escravidão, onde a violência é ainda mais evidente. A corvêia feudal também é violenta, embora mitigada pela obrigação recíproca do senhor de dar proteção militar e justificada por um forte aparelho ideológico.

Quando o excedente é apropriado nessas situações pré-capitalistas, o aspecto econômico através do qual as classes são definidas tende a ficar enfraquecido ou obscurecido. A classe dominante julga mais importante desenvolver justificações políticas, legais e religiosas para legitimar a coerção e a violência pelas quais ela se apropria do excedente. Também é essencial estabelecer mecanismos institucionais, que dividem e estratificam as classes dominadas, a fim de facilitar sua dominação. A natureza basicamente econômica da classe social é assim duplamente obscurecida: de um lado, pela introdução de elementos ideológicos, e de outro pelo fato de dividir a sociedade em castas ou grupos de status que substituiriam as classes em termos de estrutura social. Como observa Lukács:

Isto é verdade principalmente porque os interesses de classe na sociedade pré-capitalista nunca atingem total articulação (econômica). Portanto, a estruturação da sociedade em castas e estados significa que os elementos econômicos estão inextricavelmente ligados a fatores políticos e religiosos. Em contraste, o poder da burguesia significa a abolição do sistema de estados, o que leva à organização da sociedade segundo parâmetros de classe (1922:55).

Castas e grupos de status

É típico de sociedades pré-capitalistas estabelecer castas e grupos de status ou algum outro tipo de divisão social do trabalho hereditária, rígida e sustentada por valores religiosos e pela lei. Muitas vezes somos levados a crer que castas e grupos de status desempenham o papel das classes sociais em formações econômicas pré-capitalistas.² Mas isto é não correto, ou não constitui toda a verdade. As incontáveis castas e subcastas da Índia e os muitos tipos e tamanhos de grupos de status ou de estados na sociedade feudal são não alternativas reais às classes, mas antes uma estratégia da classe dominante para organizar hierarquicamente e regulamentar o sistema social³. Classes sociais básicas ainda existem, com base em sua participação na produção. Mas elas são posteriormente divididas em grupos menores e mais estáveis, para os quais são definidos direitos e, o que é mais importante, responsabilidades e limitações. Diz-se que às vésperas da Revolução Francesa a sociedade estava dividida em três estados: a nobreza, o clero e o povo. Mas o povo estava dividido em subgrupos de status menores. A situação é semelhante entre as castas na Índia. Por outro lado, grupos de status são também formas de estratificar a classe dominante. Assim, observa Hans Freyer:

² Esta é a posição assumida por Sedi Hirano (1975). Assumi uma posição semelhante em *Empresários e Administradores no Brasil* (1974).

³ De acordo com Ferdinand Toennies, "As castas na Índia atualmente são contadas aos milhares, se incluirmos as subcastas. Nas províncias centrais, que têm cerca de dezesseis milhões de habitantes, o censo de 1901 identificou quase novecentos nomes de castas que se incorporavam, no entanto, para efeito de classificação, em duzentas castas reais." (1931:15).

O exército, o clero, a função pública e a propriedade de terras são geralmente setores que os grupos de status dominantes reservam para si mesmos (1931:169).

Weber estava correto ao comparar os grupos de status com as castas: 'uma casta é sem dúvida um grupo de status fechado'(1916:39). No entanto, ele foi um dos responsáveis pela afirmação hoje amplamente difundida de que as classes sociais e os grupos de status são formas alternativas de organização social. Por exemplo, ele afirma que 'as classes são grupos de pessoas que, do ponto de vista de interesses específicos, têm a mesma posição econômica', enquanto os grupos de status são um 'tipo de prestígio social ou de falta dele' (1916:39). Nessa mesma linha, ele denomina 'Status e Classes' o Capítulo IV da Primeira Parte de "Economia e Sociedade". Aqui ele define classe em função da posição no mercado, ou seja, com base em 'uma probabilidade que deriva do controle relativo sobre bens e habilidades e de sua capacidade de produzir renda, dentro de uma dada ordem econômica', enquanto 'status (*standische lage*) significaria um direito efetivo à estima social em termos de privilégios positivos ou negativos.' (1922: 302-305).

A noção de prestígio social, que é parte do conceito de grupo de status, na verdade se refere sobretudo aos grupos de status mais elevados formados pela classe dominante e seus associados, como a burocracia pré-capitalista. O fato de um membro da classe inferior pertencer a um grupo de status profissional é também encarado pela classe dominante e aceito pela classe dominada como uma indicação de prestígio social. É uma 'honra' e um 'privilégio' pertencer ao grupo de status dos pedreiros ou dos açougueiros, especialmente se considerarmos que o monopólio desta distinção deriva da 'apropriação de poderes políticos ou hieráticos.' (Weber, 1922:306). A importância estratégica que este tipo de distinção tem para a classe dominante é evidente.

Estabelecendo castas e grupos de status, a classe dominante neutraliza a luta de classes. Assim, alguns autores vêem como uma diferença fundamental entre ambos a presença de conflito nas relações entre as classes, contra a ausência de conflito entre os grupos de status. Toennies afirma que 'os estados passam a constituir classes quando participam de ações hostis ou entram em guerra uns com os outros.' (1931: 12). Na verdade, grupos de status nunca chegam ao ponto de questionar a própria estrutura de classes. O máximo que fazem é participar de disputas locais ou privadas com outros grupos de status a fim de conquistar certos direitos ou limitar os direitos de outros.

O importante é ter em mente que o grupo de status é uma subdivisão de uma classe, não uma alternativa a ela. Mais precisamente, é uma subdivisão das classes, um escalonamento interno da classe dominante e da classe dominada. Classes sociais são aqui entendidas em seu sentido amplo como sendo derivadas da inserção de grupos sociais em relações de produção antagônicas. O grupo de status seria uma alternativa à classe social se limitarmos este último conceito ao capitalismo. Esta concepção limitada de classe tem um certo fundamento histórico na medida em que as classes só

apareceram em sua forma mais pura no capitalismo, mas não devemos perder de vista a natureza mais geral da classe e da luta de classes através da história.

No entanto, é possível que um grupo de status se torne uma classe. De um lado, é preciso que haja novas relações de produção, que coloquem o grupo de status numa posição estratégica; de outro, este grupo social, em consequência, teria de ganhar massa crítica, uma natureza universal e, finalmente, uma vocação tanto para o conflito como para a dominação. Marx e Engels são bastante claros acerca da transformação da burguesia de um grupo de status em uma classe quando afirmam que:

Pelo simples fato de ser uma classe e não mais um estado, a burguesia é forçada a se organizar não mais localmente, mas nacionalmente, e a dar uma forma geral a seus interesses comuns (1846:80).

Essa transformação ocorreu quando as relações de produção para as quais a burguesia serviu de veículo tornaram-se dominantes na sociedade, enquanto esta nova classe ia ganhando massa crítica e consciência de seus próprios interesses. A transformação do grupo de status burocrático em uma classe tecnoburocrática vem ocorrendo, através de um processo semelhante, na segunda metade do século vinte.

Assim, estados ou grupos de status não constituem uma alternativa à estrutura de classes, pois as classes sociais e os grupos de status são comuns a todos os modos de produção antagônicos, mas, num nível mais baixo de abstração, eles podem ser considerados como a alternativa feudal à estrutura de classes capitalista. É por isso que os grupos de status, quando contrastados com classes específicas no capitalismo, tornam-se uma ferramenta teórica útil. Essa ferramenta nos ajuda a compreender as diferenças históricas não apenas entre estruturas de classes pré-capitalistas e capitalistas, mas também entre estas últimas e a estrutura de classes específica do modo de produção tecnoburocrático. Enquanto a estrutura de classes é comum a todos os modos de produção antagônicos, cada modo estrutura as classes de uma maneira particular. Os grupos de status desempenharam um papel fundamental no feudalismo, enquanto no capitalismo as classes tendem a aparecer de uma forma pura; já no estatismo veremos que o conceito de 'camada' ou de 'estrato social' é essencial para compreender seu sistema de classes.

Classe e Consciência de Classe

Como a teoria de classes precisa ser objeto de uma reavaliação no contexto do capitalismo tecnoburocrático, o papel da consciência de classe também precisa ser revisto. O processo da luta de classes envolve não apenas medidas concretas com vistas à organização e controle do estado, mas também a definição dos interesses de classe em termos ideológicos. Ideologias conservadoras ou revolucionárias são

sistemas de crenças e valores politicamente orientados. São a expressão de interesses de classe, e seus proponentes procuram dotá-las de validade universal. Nesse quadro, a consciência de classe é um elemento importante, mas não necessário, da definição de classe. Todas as classes possuem sua ideologia respectiva, mas não necessariamente consciência de classe. A classe tecnoburocrática é dotada de consciência de classe, mas isto só é verdade na medida em que ela tem como projeto ou razão de ser o controle das grandes corporações e do Estado.

A consciência de classe seria um elemento necessário à definição de classe se fôssemos adotar o conceito de Lukács, segundo o qual a consciência de classe não é a soma ou o denominador comum do que seus membros pensam, mas antes uma 'possibilidade objetiva'. De acordo com Lukács, a consciência de classe constitui-se de

... os pensamentos e sentimentos que os homens poderiam ter numa situação particular, se fossem capazes de avaliar tanto esta última como os interesses derivados dela em seu impacto sobre a ação imediata e sobre toda a estrutura da sociedade. Portanto, a consciência de classe existe potencialmente em todas as pessoas - dadas algumas condições históricas específicas, esta consciência potencial 'poderia se tornar consciente.' (1922: 51-52 e 59).

Embora este conceito seja atraente na medida em que enfatiza a relação dialética entre as relações de produção e a consciência de classe, prefiro definir classe social aqui como um processo histórico concreto que se origina dessa relação dialética. A classe dominante sempre teve consciência de classe e exerceu seu poder não apenas através do controle dos meios de produção e do aparelho repressivo, mas também através da hegemonia ideológica, ao passo que a classe dominada não a possui, necessariamente. A fim de manter sua posição dominante, a classe dominante transmite sua ideologia à dominada através dos aparelhos ideológicos existentes na sociedade.

No período pré-capitalista, a religião era o principal aparelho ideológico. No capitalismo, essas funções foram desempenhadas pelas instituições educacionais, pelos partidos políticos, pela imprensa, pela televisão e pelo rádio. Se a classe dominante puder alcançar total hegemonia ideológica, ela poderá anular ou neutralizar a consciência da classe dominada. Por essa razão, o fato de uma classe dominada atingir algum grau de consciência é um fenômeno histórico recente, e ainda parcial. Ele surgiu com o capitalismo, tomando forma quando os trabalhadores passaram a se organizar em sindicatos e partidos políticos, e adquirindo estabilidade através da difusão das idéias socialistas e marxistas. No entanto, dado o sucesso do capitalismo em promover o desenvolvimento econômico e transferir os ganhos de produtividade para os trabalhadores sem colocar em risco uma taxa de lucro satisfatória, essa realização é parcial.

Assim, a consciência de classe não é um elemento essencial na definição de classe, se a classe a ser definida for a classe trabalhadora. No entanto, esta é uma

classe real, que tem seus próprios interesses coletivos e sua própria ideologia em oposição à classe dominante. Mas não pode ser considerada um ator efetivo na história. Uma classe apenas se torna uma força histórica efetiva quando atinge algum grau de consciência de classe, organiza-se politicamente e luta pelo poder do Estado. Para Therborn (1980:60), a aceitação ou a resistência à exploração de classe não é essencial à definição da ideologia das classes dominadas. Uma classe puramente dominada é dotada de uma ideologia baseada nas idéias de autoridade e obediência. A luta de classes acontecerá mas, contrariamente às expectativas de Marx, não tenderá a ser revolucionária.

Nas sociedades pré-capitalistas a classe dominante era o único fator histórico efetivo. Setores da classe dominante disputavam o controle do Estado, mas só muito raramente a classe explorada participava dessas lutas. Ela pode ter se revoltado ou escapado, ou ainda ganho mais espaço político. O poder da classe dominante, no entanto, apenas sofre uma ameaça com o advento do capitalismo e da classe trabalhadora, precisamente porque a classe trabalhadora foi a primeira classe dominada a se tornar organizada e a desenvolver uma consciência de seus próprios interesses.⁴ O sucesso econômico do capitalismo, no entanto, não permitiu que essa ameaça se transformasse em revolução. Ao contrário, no capitalismo atual, a revolução se transformou cada vez mais numa alternativa irrealista.

⁴ De acordo com Lukács, "... nas épocas pré-capitalistas e no comportamento de muitos estratos dentro do capitalismo cujas raízes econômicas estão no pré-capitalismo, a consciência de classe é incapaz de atingir uma clareza completa e de influenciar conscientemente o curso da história". (1922: 55)

A NOVA CLASSE E OS ESTRATOS SOCIAIS

A condição essencial para a emergência de uma nova classe é o aparecimento das correspondentes relações de produção. A nova classe pode ter ou não consciência de classe, mas é essencial que ela não se confunda com os estratos sociais. Em princípio, nos modos de produção puros, temos apenas uma classe dominante e uma classe dominada: a 'classe média' vai corresponder aos setores menos ricos da classe dominante e aos setores mais ricos da classe dominada. Estão na primeira categoria os capitalistas de pequeno e médio porte, de um lado, e os trabalhadores especializados, de outro. Alternativamente, numa formação social mista, a classe média representará a emergência de novas relações de produção e das correspondentes relações sociais. A classe média tecnoburocrática que emerge no capitalismo tecnoburocrático se insere nesta segunda categoria.

Esta noção de classe social tem pouco em comum com as teorias funcionalistas de estratificação social. Também não se assemelha às teorias weberianas de classe social que enfatizam o poder aquisitivo ou a posição no mercado. Difere também significativamente das teorias weberianas desenvolvidas por Dahrendorf (1957) e Lenski (1966), que focalizam mais o poder do que as relações de produção, para delinear a classe social. Embora essas teorias tenham uma certa utilidade, especialmente de uma perspectiva funcionalista, em termos de uma visão descritiva e estática da sociedade, elas obviamente não atendem às nossas necessidades em termos de uma teoria que ajude a explicar os processos históricos de mudança social e política. Ao contrário, interessa-nos uma teoria das classes sociais que nos forneça ferramentas para a análise do capitalismo atual, onde a classe média tecnoburocrática desempenha um papel cada vez mais decisivo.

Classes sociais são grupos sociais definidos pelos papéis que desempenham, dominantes ou dominados, dentro das relações de produção básicas da sociedade. Através do processo inerente de luta de classes, elas se tornaram os atores principais da história. De um lado, isso pode ser explicado pelo desenvolvimento das forças produtivas, que estabelece novas condições materiais para as relações de produção e, de outro, em virtude das lutas de classes que se originam da inserção de cada classe nas relações de produção e sua conseqüente consciência de classe. Portanto, para que uma nova classe possa se estabelecer, é essencial que ela participe das novas relações de produção que estão surgindo, que estas novas relações de produção sejam básicas para a definição de um novo modo de produção e que, como conseqüência, o novo

grupo social tenha tamanho ou massa crítica suficiente para formular um projeto histórico destinado a fazer dela no futuro a nova classe dominante.

A classe tecnoburocrática emergente que caracteriza o capitalismo tecnoburocrático atende plenamente a esses requisitos. Num ensaio anterior (1977), discuti o conceito de classe em termos de modos de produção puros e não de formações sociais concretas. O modo de produção capitalista em sua forma mais pura (a da Inglaterra no século XIX) foi comparado com o modo de produção tecnoburocrático dominante na formação social soviética. Adotando esta estratégia, pude definir a relação de produção tecnoburocrática e identificar a tecnoburocracia como a classe dominante neste modo de produção.

Enquanto no capitalismo puro temos duas classes, a burguesia e os trabalhadores, e uma relação de produção correspondente, o capital, no modo de produção estatal puro temos também apenas duas classes, a tecnoburocracia e os trabalhadores, e uma relação de produção correspondente, a organização. O capital como uma relação de produção deixa de existir na medida em que desaparece a propriedade privada dos meios de produção. Ele é substituído por algo que costumo chamar de 'organização': a propriedade coletiva dos meios de produção pela nova classe profissional ou tecnoburocrática. Embora os tecnoburocratas não detenham, como os capitalistas, a propriedade legal dos meios de produção, assemelham-se a estes no sentido de que detêm o controle efetivo desses meios de produção. A diferença mais importante, no entanto, não se refere à propriedade legal, mas ao fato de que a propriedade capitalista é privada e individual, ao passo que, no modo de produção tecnoburocrático, a propriedade é coletiva. No sistema capitalista, cada capitalista ou possui diretamente os meios de produção ou uma parcela deles, seja diretamente na forma de ações, seja indiretamente na forma de créditos. Em contraste, os tecnoburocratas não podem dizer que possuem um negócio ou mesmo uma parte dele. Ao contrário, os tecnoburocratas detêm a organização burocrática na medida em que ocupam uma posição em sua hierarquia organizacional e usam os recursos da organização em proveito próprio.⁵

O capitalismo tecnoburocrático, sendo uma formação social mista, que permanece predominantemente capitalista mas compartilha de algumas características estatais ou tecnoburocráticas, é o meio de onde emerge a nova classe média: a classe tecnoburocrática ou profissional.

⁵ João Bernardo tem um ponto de vista semelhante com relação à propriedade coletiva dos meios de produção pelos tecnoburocratas. No entanto, ele fala de uma "burguesia de Estado" e de "capitalismo de Estado": "O que temos aqui é a propriedade coletiva do estado, que não pode ser transferida de modo individual... A propriedade coletiva é mantida dentro do mesmo grupo social e seus descendentes através do controle total da educação pública e pelo fato de que os filhos da burguesia de Estado terão, em sua infância, uma longa educação dentro da família." (1975: 175)

Combinando Classes e Estratos

Uma questão fundamental na teoria das classes é 'a questão da classe média', que examinarei adiante. Por ora é suficiente dizer que, de acordo com a teoria de classes marxista, não existem classes médias. Evidentemente, Marx e Engels usaram a expressão 'classe média', mas esse era um modo de designar a burguesia, que estava no meio da estrutura social, entre a classe trabalhadora e a aristocracia latifundiária.⁶ Desse modo, Marx e Engels foram basicamente coerentes com seu próprio conceito de classe social, definida pelo papel que grandes grupos sociais desempenham nas relações de produção.

Os conceitos de camadas sociais ou de estratos sociais foram utilizados como sinônimos de classe por sociólogos funcionalistas. Eles consideram a classe social como uma questão de estratificação social que, de acordo com Talcott Parsons, é uma classificação hierárquica dos indivíduos de um sistema social particular. É o modo como os indivíduos ocupam posições na estrutura social em termos de status. Nas palavras de Parsons:

Estratificação social é encarada aqui como a classificação diferencial dos indivíduos que compõem um dado sistema social e seu tratamento como superiores e inferiores uns em relação aos outros em certos aspectos socialmente relevantes (1940: 841).

Se entendermos classes sociais como parte de um sistema de estratificação, o conceito de classe passa a não mais derivar das relações de produção. Ao contrário, ele se torna um mero expediente para a divisão hierárquica da sociedade em estratos, a fim de descrevê-la melhor. Também é possível, mais ou menos arbitrariamente, aumentar o número de estratos, como fez Lloyd Warner, de modo a ter uma classe alta alta, uma classe alta baixa, uma classe média alta, uma classe média baixa, uma classe baixa alta e uma classe baixa baixa (1941).⁷

Apesar disso, é importante destacar que o conceito de classe média não é meramente uma noção funcionalista. Ele foi utilizado por cientistas sociais com diferentes perspectivas teóricas, inclusive marxistas. Ele continua a ser usado porque é

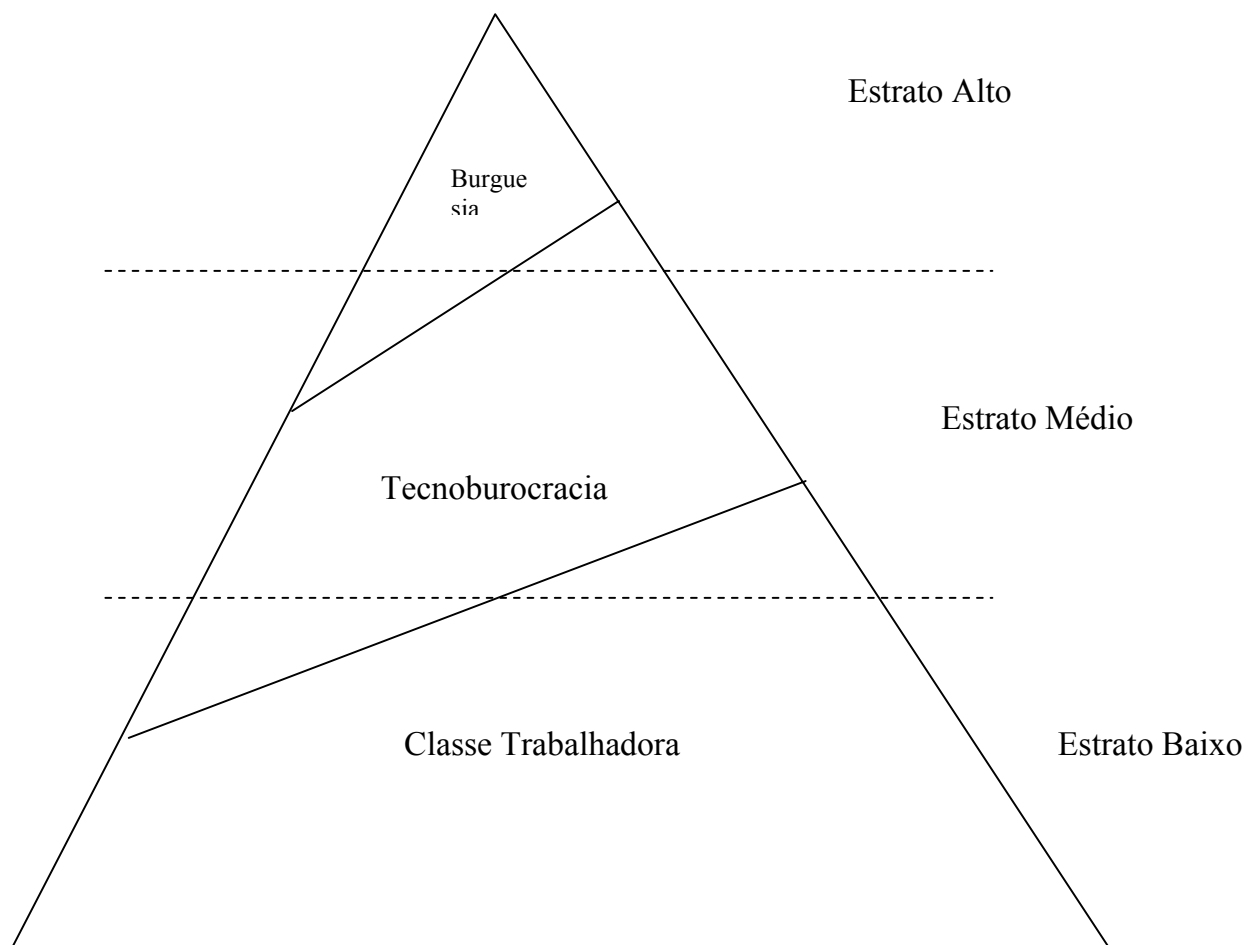
⁶ Engels, por exemplo, afirma: "Logo veio o tempo em que apareceu como necessidade inevitável uma classe média capitalista (uma burguesia, de acordo com os franceses), que, lutando contra a aristocracia dos proprietários de terras, destruiu seu poder político e se tornou, por sua vez, econômica e politicamente dominante." (1881:13). Assim como Engels usa o termo "classe média capitalista" como sinônimo de burguesia, podemos também falar de uma "classe média tecnoburocrática" como sinônimo de tecnoburocracia. O que não faz sentido é falar simplesmente de classe média, porque nesse caso confundimos classes sociais com estratos sociais.

Para a metodologia utilizada na criação deste tipo de análise, ver Lloyd Warner, Marcha Meeker e Kenneth Eels (1949). Eu mesmo empreguei esses conceitos em meus primeiros trabalhos acadêmicos, de certo modo influenciado pelo funcionalismo. Ver "The Rise of the Middle Class and Middle Management in Brazil" (1962).

parte de nossa linguagem diária, além de servir freqüentemente para descrever setores da sociedade razoavelmente bem definidos.

A rigor, é mais correto falar de estratos altos, médios e baixos, do que de classes altas, médias e baixas. Os primeiros constituem um critério de classificação social diferente do de classe e são válidos e úteis como ferramenta de análise sociológica. Poderíamos definir estrato como uma fatia da sociedade cortada horizontalmente de acordo com uma série de critérios que nos permitem estabelecer uma ordem hierárquica. Esses critérios mais ou menos arbitrários referem-se ao poder econômico e ao prestígio social dos indivíduos. Os sociólogos funcionalistas examinaram em profundidade as correlações existentes e inexistentes entre prestígio social e riqueza, ocupação, educação, raça e religião.

Figura 1: Estratos e Classes no Capitalismo Clássico



Os marxistas foram extremamente críticos da sociologia funcionalista. Não convém discutir tais questões aqui. Em vez disso, quero sugerir que o conceito de estrato social é um conceito útil para a análise social, desde que não seja confundido com o de classe, ou usado para substituir o de classe. Em segundo lugar, podemos utilizar o conceito de estratos sociais dentro de cada classe social, ou entre as classes sociais. Por exemplo: existe uma alta burguesia e uma média burguesia.⁸ Da mesma forma, podemos distinguir uma tecnoburocracia alta, média e baixa, bem como uma divisão hierárquica de trabalhadores composta de trabalhadores qualificados, semi-qualificados e não qualificados.

A Figura 1 mostra como podemos combinar os conceitos de classe social e de estrato social dentro de uma dada estrutura social. Este exemplo refere-se ao capitalismo puro ou clássico, no qual existem apenas duas classes: a burguesia e o proletariado.⁹ O estrato superior consiste exclusivamente da burguesia, e o inferior é composto exclusivamente de trabalhadores. O estrato médio, embora principalmente formado pela burguesia, também inclui um grande número de trabalhadores especializados ou qualificados.

Dada a coexistência desses dois conceitos, é importante perguntar se o determinante primário da ação social e política é a identificação em termos de classe social ou de estrato social. Em outras palavras, precisamos saber até que ponto o fato de um trabalhador pertencer a um estrato médio tem peso suficiente para fazer com que ele adote uma ideologia e padrões de consumo burgueses ou tecnoburocráticos. A resposta a esta questão é provavelmente positiva, embora o trabalhador seja ainda fortemente influenciado por sua situação de classe. Desse modo, temos uma indicação muito clara de que os estratos sociais, embora expressamente distintos da classe, também servem como uma importante ferramenta de análise política e sociológica.

⁸ Observem que se definirmos a burguesia como sendo composta de pequenos proprietários que empregam trabalhadores assalariados e ao mesmo tempo realizam eles próprios trabalho braçal, isso constituirá uma outra classe, específica à relação de produção que se originou da produção mercantil em pequena escala. A pequena burguesia é sempre incluída no estrato médio.

⁹ É evidente que neste caso, como na verdade em qualquer caso onde utilizamos o conceito de modo de produção, estamos fazendo uma simplificação. Estamos generalizando e reduzindo uma realidade histórica a uma abstração. Mesmo na metade do século XIX, quando o capitalismo clássico atingiu sua forma mais pura, havia mais de duas classes. A aristocracia, os camponeses e a pequena burguesia continuaram a existir como manifestações do modo de produção anterior.

CLASSES NAS SOCIEDADES ESTATAIS

Neste capítulo discutirei a estrutura de classes das formações sociais estatais. Eu poderia fazê-lo com o modo de produção tecnoburocrático puro, mas a análise acabaria sendo abstrata demais. Além de detectar uma nova classe dominante, a tecnoburocracia, proporei que, nas sociedades estatais, a distinção entre classes sociais é mais gradual do que dicotômica. Ou, dado que o capitalismo tecnoburocrático contemporâneo é uma formação social mista, na qual o capitalismo é dominante mas o estatismo já está presente, este tipo de análise servirá como uma ferramenta teórica para compreendê-lo. O que existe de forma extrema no modo de produção estatal puro e em formações sociais predominantemente estatais, como a União Soviética, aparece moderadamente nas sociedades capitalistas tecnoburocráticas contemporâneas.

A estrutura de classes nos modos de produção pré-capitalistas caracterizava-se por uma mobilidade social extremamente limitada. Em princípio, no sistema de castas não existe mobilidade social, nem mesmo de geração para geração. Casta é hereditário. Embora a mobilidade fosse possível em outros sistemas de estratificação social pré-capitalistas, ela existiu apenas de modo limitado, em vista de sua definição ser política e religiosa em lugar de econômica, como acontecerá no capitalismo.

A mobilidade social aumenta consideravelmente com o capitalismo. As classes sociais perdem muitos de seus adereços ideológicos para assumir uma natureza explicitamente econômica. Os obstáculos legais à mobilidade social desaparecem e os obstáculos ideológicos são substancialmente enfraquecidos. Na verdade, ela se torna uma das válvulas de escape por excelência para reduzir o conflito social que tendia a se aprofundar no capitalismo, com o aumento da organização política dos trabalhadores. No entanto, a mobilidade social está longe de ser completa. A propriedade privada do capital, passada de pai para filho, continua a ser uma barreira decisiva. Mobilidade - 'o sonho norte-americano'¹⁰ - é antes uma ideologia do que uma realidade. O grau relativo de mobilidade social alcançado no capitalismo torna-se assim o principal instrumento ideológico para legitimar a estrutura de classes existente. Mobilidade social 'ampla' ou 'crescente' são expressões utilizadas como uma alternativa implícita à sociedade sem classes do socialismo.¹¹

¹⁰ Por exemplo, William Lloyd Warner, um dos mais notáveis sociólogos funcionalistas escreve: "A história norte-americana, tanto o sonho como a realidade, é essencialmente a de uma grande democracia que tenta permanecer ou se tornar democrática e igualitária enquanto resolve os problemas de unificar enormes populações e empresas diversificadas." (1953: vii).

A questão da mobilidade social é abordada exhaustivamente em *Empresários e Administradores no Brasil* (1974). No entanto, deixei de analisar a natureza ideológica da mobilidade social, provavelmente porque eu mesmo estava influenciado pela ideologia dominante.

Com o surgimento do estatismo na União Soviética, ocorrem dois movimentos opostos. Novamente as classes sociais perdem seu caráter nitidamente econômico, enquanto a mobilidade aumenta. As duas classes do modo de produção estatal são a tecnoburocracia e a classe trabalhadora. No entanto, não há distinção marcante entre essas classes. A sociedade tecnoburocrática ou estatal tende a ser organizada num contínuo social hierárquico. A ideologia oficial das sociedades estatais contemporâneas condena qualquer distinção que tenha por base a classe, em nome do socialismo que ela alega representar. Além disso, o fundamento da estrutura social não é mais privado, mas antes uma forma de propriedade coletiva detida ou controlada por tecnoburocratas. A propriedade tecnoburocrática é muito menos direta e garantida do que a propriedade capitalista. Conseqüentemente, observamos menor distinção entre as classes e maior mobilidade social.

As distinções entre a tecnoburocracia e a classe trabalhadora continuam claras, na medida em que a primeira tem controle sobre a organização, particularmente sobre o aparelho do Estado, ao contrário da outra, e na medida em que os tecnoburocratas usufruem do poder e dos privilégios que fazem parte integrante da propriedade da organização burocrática do Estado. No entanto, o estatismo tende a ser mais igualitário e a apresentar maior mobilidade social do que seus similares capitalistas. Ele claramente privilegia a igualdade, em oposição a um sistema de incentivos que promova a inovação e a produtividade, como ocorre nas sociedades capitalistas. Na União Soviética, na China, em Cuba, no Vietnã e nos países da Europa Oriental, a situação é basicamente a mesma. As diferenças de renda são sempre bastante pequenas, e os empregos mais elevados pagam não mais do que cinco vezes os mais baixos. As exceções que excedem este limite apenas servem para confirmar a regra.¹² A desigualdade social é consideravelmente menor do que nos países capitalistas, com exceção de certas nações como a Áustria ou os países escandinavos, onde os partidos social-democratas estão ou estiveram no poder há muito tempo com substancial apoio dos sindicatos. A igualdade social (em termos mais de renda disponível do que de riqueza) nesses países é comparável à das sociedades estatais, se excluirmos os rendimentos da burguesia de alto nível. No entanto, nas sociedades estatais existe sempre um grupo de tecnoburocratas de alto nível que exerce poder autoritário e goza de privilégios.

Assim, no modo de produção tecnoburocrático, a estrutura de classes existe, mas sofreu profundas mudanças. As classes perderam sua natureza nitidamente econômica. A ideologia, em lugar de ser usada para reforçar e aprofundar as distinções de classe, como nas sociedades pré-capitalistas e mesmo no capitalismo, torna mais difíceis essas distinções, dada sua origem socialista (apesar do caráter burocrático). Nesse caso, as diferenças materiais em termos de padrões de vida são reduzidas. O

¹²

A profunda crise de alguns países altamente endividados do Leste europeu durante os anos 80, particularmente Polônia e Hungria, levou a um nítido aumento na concentração de renda.

resultado não é uma sociedade igualitária, mas uma sociedade que é consideravelmente mais igualitária do que a média das formações sociais capitalistas. Ao mesmo tempo, a mobilidade social aumenta, mas não muito, uma vez que o grau relativo de igualdade desencoraja a mobilidade.

Estrutura de Classes Derivada do Poder

À primeira vista, a distinção entre trabalho braçal e trabalho intelectual diferencia as duas classes no estatismo. Os tecnoburocratas estão engajados no trabalho intelectual, como gerentes, técnicos, funcionários públicos, membros do clero, funcionários administrativos, professores, juízes ou agentes de segurança. Sua contrapartida são os trabalhadores: trabalhadores de linha de produção, trabalhadores rurais, pessoal de serviço. Mas mesmo esta distinção é apenas relativa, à medida que a distinção entre trabalho intelectual e braçal tende a se diluir. Trabalhadores de produção especializados estão cada vez mais se assemelhando a técnicos. Funcionários administrativos realizam muitas tarefas rotineiras semelhantes a atividades braçais. Além disso, nas sociedades estatais, como em algumas sociedades capitalistas, os trabalhadores braçais muitas vezes ganham mais do que o pessoal de escritório. Na verdade, nas sociedades estatais os trabalhadores da produção muitas vezes recebem salários iguais ou mais elevados do que os recebidos por técnicos com grau universitário e vários anos de experiência.

Assim, a fim de distinguir trabalhadores de tecnoburocratas numa sociedade com tais características, o papel que cada indivíduo desempenha nas relações de produção torna-se mais importante do que a distinção entre trabalho intelectual e braçal. Ou seja, quem tem controle da organização e quem não tem, quem coordena a produção e quem realmente a executa. O critério utilizado para responder a essas questões é o poder. A propriedade organizacional pertence àqueles que controlam as organizações burocráticas, especialmente a organização burocrática que tem o maior alcance de todas - o Estado. Como consequência, nas sociedades estatais, os tecnoburocratas são aqueles que participam dos processos de tomada de decisão nas organizações burocráticas, desempenhando funções de coordenação. Uma sociedade auto-dirigida seria uma sociedade socialista e democrática precisamente porque todos os membros participariam das tomadas de decisão. Obviamente não é isto que ocorre nas sociedades estatais. Apenas uma minoria está envolvida em planejamento, organização e coordenação. Apenas uma minoria toma decisões ou é consultada direta ou indiretamente. Essa minoria é formada por tecnoburocratas; o restante é formado por trabalhadores.

Conseqüentemente, a estrutura de classes de uma sociedade estatal ou tecnoburocrática é baseada numa variável política, o poder, que se torna um elemento

essencial nas relações de produção. No capitalismo puro, o poder deriva da propriedade do capital, e são os ricos que têm poder. No estatismo, a propriedade coletiva da organização burocrática é que determina o poder e o controle do processo produtivo. Na verdade, enquanto no capitalismo o capital pode ser relacionado mas não simplesmente identificado com o poder, no estatismo, organização e poder são praticamente a mesma coisa.

No capitalismo, existe uma clara distinção entre poder econômico e poder político. Embora este último tenda a derivar do primeiro, nas formações sociais capitalistas reais a correlação entre ambos é incerta, e, à medida que o estado liberal aparece, seguido depois pelo estado democrático, ela se torna cada vez mais tênue. No estatismo, no entanto, como nas sociedades pré-capitalistas, é difícil separar poder político e poder econômico. O poder político não deriva do poder econômico, nem este último depende do primeiro. A rigor, não há mais distinção entre os dois campos; o poder é econômico e político ao mesmo tempo. A nova forma de propriedade ou a relação de produção dominante - a organização - é uma relação de poder. O econômico e o político estão necessariamente interligados. A democracia se torna impossível em termos práticos.

O Gradualismo e a Abordagem Funcionalista

Começa agora a fazer mais sentido a preocupação weberiana com o poder político como uma nova base para a definição da estrutura de classes nas sociedades capitalistas. Além do capital, temos o poder político, particularmente o poder proveniente da organização burocrática. Os sociólogos funcionalistas weberianos não procuram descrever uma sociedade puramente capitalista, um tipo ideal de capitalismo, mas antes formações sociais capitalistas contemporâneas, que mostram traços acentuados do que venho chamando de estatismo. Uma ampla classe tecnoburocrática já existe no capitalismo tecnoburocrático, uma formação social mista onde essa classe já está definida em termos de poder, mais do que em termos econômicos.

É importante salientar que poder e prestígio nas formações sociais estatais não são derivadas da propriedade direta dos meios de produção, mas antes da posição na hierarquia organizacional. A propriedade tecnoburocrática é coletiva. Para que ela seja transformada em termos da fruição efetiva dos bens, ela precisa ser mediada pela posição ocupada pelo tecnoburocrata na hierarquia organizacional. O poder torna-se então interligado com a posição na organização hierárquica, ou é derivado dela. Quanto maior o poder (e a escala) da própria organização, e quanto mais elevada a posição do tecnoburocrata na hierarquia organizacional, maior será seu poder pessoal.

Este poder será a fonte do acesso aos bens materiais e não o contrário, como ocorre no capitalismo, onde é a propriedade direta do capital que determina a posição social.

É importante destacar que, de acordo com essa visão, a estrutura de classes estatal tende a ser mais ou menos gradual, algo semelhante ao descrito por sociólogos funcionalistas quando falavam sobre as sociedades capitalistas contemporâneas. Na verdade, é bastante difícil imaginar uma estrutura dicotômica como a existente no capitalismo clássico de Marx (e ainda mais no capitalismo puro), onde havia apenas capitalistas e trabalhadores, proprietários e não-proprietários dos meios de produção. Não há meio termo no capitalismo clássico ou competitivo: ou se é capitalista ou se é trabalhador. Evidentemente, é possível ser um capitalista em pequena, média ou grande escala, assim como é possível realizar trabalho não qualificado, semi-qualificado ou qualificado. Esses critérios estabelecem estratos dentro de cada classe. Mas a distinção entre as classes continua sendo nítida. No estatismo, no entanto, onde a classe se baseia numa relação de produção que é, ao mesmo tempo, uma relação direta de poder, a propriedade da organização é intrinsecamente uma questão de grau. A definição de classe de cada pessoa depende de sua posição individual na hierarquia organizacional. Como consequência, a distinção entre as classes se torna muito menos rígida. Embora continuemos a falar de duas classes, a área de indefinição entre elas aumenta consideravelmente.

Depois de examinar a estrutura social nas sociedades estatais, podemos ainda manter reservas com relação à maneira funcionalista de analisar as classes sociais como estando identificadas com os estratos sociais, mas temos que admitir que eles têm certa razão. Podemos compreender melhor as teorias de classe baseadas em relações de poder e prestígio se observarmos que elas foram desenvolvidas no contexto de uma formação social mista - o capitalismo tecnoburocrático - onde a classe tecnoburocrática já desempenha um papel significativo. Apesar disso, essas teorias não constituem alternativas à teoria de classes marxista. Sua análise inadequada do aspecto econômico na definição das classes sociais, bem como sua pouca ênfase no conflito político inerente às relações de produção antagônicas, resultam numa descrição estática da sociedade.

Bahro segue o mesmo raciocínio sobre a utilidade da abordagem funcionalista e estratificada na compreensão do protótipo soviético de formação social:

Nossa estrutura social - e é por isso que os modelos de estratificação são uma descrição muito mais apropriada no nosso próprio caso - é precisamente o modo subjetivo de existência das modernas forças de produção. (1978: 163)

O Nível de Igualitarismo Econômico

Na verdade, o nível de igualitarismo econômico existente na União Soviética é provavelmente semelhante ou maior que o dos países social-democratas mais desenvolvidos como Suécia e Áustria, ao passo que o nível de igualitarismo político é muito menor. As diferenças econômicas entre os operários e a maior parte dos trabalhadores intelectuais são muito pequenas. Uma vez que os custos educacionais são assumidos pelo Estado, continuar os estudos não é considerado pelo indivíduo como uma despesa adicional. Por essa razão, os exames de admissão à universidade continuam a ser altamente competitivos. Os salários dos operários e os ordenados dos tecnoburocratas de nível médio não diferem muito. Os tecnoburocratas têm chance de maior mobilidade social, mas a mobilidade dos trabalhadores é maior do que nos países capitalistas. Uma boa medida disso é a porcentagem de estudantes universitários originários da classe trabalhadora (Horvat, 1982). Os tecnoburocratas nas sociedades estatais conseguem garantir uma renda mais elevada e muito mais poder do que os trabalhadores. Mas as diferenças em termos de renda são menores do que nos países capitalistas.

Com base nos dados coletados por S. Jain para o Banco Mundial, Branko Horvat conclui que 'as sociedades estatais se tornaram mais igualitárias' (1982:51). Os dados de Jain estão resumidos na Tabela 1. Tanto o coeficiente Gini como a faixa dos 5% com maior renda mostram claramente que a renda é distribuída de modo mais equilibrado nos países estatais.

Os privilégios econômicos obtidos por essa classe são pequenos em comparação com os da alta burguesia nos países capitalistas e também com a alta tecnoburocracia nestes países. Como a alta tecnoburocracia ajuda ou substitui a burguesia na administração de negócios, ela se sente no direito de ter um padrão de vida semelhante ao da burguesia. Em países como a União Soviética e a China, onde a burguesia foi eliminada, a alta tecnoburocracia não pode se apoiar nesse argumento para justificar uma parcela muito maior de renda do que a dos trabalhadores. Por outro lado, a ideologia igualitária do socialismo torna difícil esta pretensão. Enquanto a ideologia que valoriza o trabalho intelectual sobre o trabalho braçal está profundamente arraigada nos países capitalistas, nas sociedades estatais essa ideologia é oficialmente condenada. Não há legitimação ideológica para um diferencial de renda mais elevado.

Tabela 1 Distribuição de Renda em Países Capitalistas e Estatais

	Coef. de Gini (mediana)	Participação % dos 5% mais ricos
Países Estatais (a)	0,21	10,9

Estados de bem-estar social (b)	0,36	15,1
Países capitalistas avançados (c)	0,40	17,4

Fonte: J. Nain, *Size Distribution of Income*. Washington: Banco Mundial, 1975.

a - Incluindo: Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Bulgária e República Democrática Alemã.

b - Incluindo: Suécia, Dinamarca, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Finlândia, Israel.

c - Incluindo: Estados Unidos, Canadá, França, Austrália, Países Baixos e República Federal da Alemanha.

Isto não significa que existe na União Soviética uma sociedade igualitária. Em 1972, quando o salário mínimo era de 60-70 rublos e o salário médio, 130 rublos por mês, Mervyn Mathews calculou que perto de 0,2% da força de trabalho eram formados por uma elite que recebia salários acima de 450 rublos por mês (1978:22).

Essas diferenças, que incluem rendimentos indiretos, são suficientes para demonstrar que as diferenças de classe não desapareceram na União Soviética. Mas elas revelam que as diferenças são menores do que nos países capitalistas. O objetivo explícito de Mervyn Mathews com essa pesquisa era 'mostrar que existem, no comunismo, privilégios políticos, econômicos e sociais' (1978:7). No entanto, no final do livro, o autor admite que 'a família da elite soviética no início dos anos 70 tem um padrão de vida aproximadamente igual ou talvez um pouco inferior ao da família norte-americana média' (1978:177).

É inegável que podemos falar de classes na União Soviética: uma classe dominante de tecnoburocratas e uma classe de trabalhadores braçais. Do ponto de vista econômico, essas diferenças de classe são pequenas. Dentro da tecnoburocracia, apenas uma pequena porcentagem de administradores de alto nível do Partido Comunista, do governo e das grandes empresas estatais consegue chegar a um padrão de vida claramente diferenciado do padrão dos trabalhadores braçais. Mas, mesmo neste caso, as diferenças são consideravelmente menores do que nos países capitalistas. Por outro lado, a mobilidade social, embora limitada, é maior na União Soviética e na China do que nos países capitalistas. O problema no estatismo não é a distribuição da renda, mas a eficiência econômica e a democracia.

As Classes como Camadas Fluidas

Teorias de classe social formuladas para explicar as sociedades capitalistas só deveriam ser aplicadas com extremo cuidado na análise de uma situação social como a da União Soviética. Na verdade, nas sociedades estatais podemos falar de classes sociais apenas em sentido amplo, na medida em que pudermos identificar relações de produção tecnoburocráticas, e dividir a sociedade em uma classe dominante - que

detém, em graus variados, o controle da organização burocrática do Estado - e uma classe dominada, formada por operários. Enquanto os trabalhadores recebem salários relacionados à produtividade, os tecnoburocratas recebem ordenados que dependem de sua posição hierárquica na organização do Estado.

No entanto, não se deve dar ênfase demasiada a essas distinções baseadas na inserção dos dois grupos nas relações de produção, pois nas sociedades estatais as classes, definidas de modo amplo, assumem a natureza de camadas sociais relativamente fluidas, caracterizadas por grande mobilidade social, onde o fator político desempenha um papel fundamental. É o oposto do capitalismo, que é uma sociedade de classes em sentido estrito, onde o elemento econômico é fundamental. Mais especificamente, nas sociedades estatais, temos uma classe tecnoburocrática, que deveria ser dividida em pelo menos duas camadas - a alta e a média tecnoburocracia - e uma classe de trabalhadores, que também pode ser dividida em camadas. As diferenças entre a média tecnoburocracia e os trabalhadores, em termos de renda, prestígio e poder, são poucas. Mesmo as diferenças em termos de renda entre a alta tecnoburocracia e as outras camadas da sociedade são pequenas. O que distingue fundamentalmente a alta tecnoburocracia do resto da sociedade é o fato de que prestígio e poder estão concentrados em seus membros.

AS CLASSES NO CAPITALISMO ATUAL

Modos de produção puros admitem apenas duas classes, a dominante e a dominada. Assim, a aristocracia é a classe dominante no feudalismo e só pode ser encontrada nesse modo de produção, da mesma forma que a burguesia e a tecnoburocracia são as classes dominantes respectivamente no capitalismo e no estatismo, podendo ser entendidas apenas nesse contexto. Nas formações sociais estatais como a União Soviética, que acabei de examinar, também temos apenas duas classes porque estamos bastante próximos do tipo ideal de estatismo. No entanto, se passarmos deste nível de abstração para o de uma das formações sociais, dos sistemas sociais existentes, desaparece o rígido caráter dual. Enquanto um modo de produção é, mesclando Marx com Weber, um tipo ideal do modo como as sociedades organizam historicamente a produção e a circulação dos bens e a apropriação do excedente econômico, formações sociais ou simplesmente sociedades são uma representação concreta da realidade social. Quando utilizamos o conceito de formação social, estamos ainda lidando com uma abstração, embora num nível consideravelmente menor do que com os modos de produção. Formação social é um conceito que nos permite uma descrição e análise

mais precisas de um dado sistema social do que o conceito de modo de produção. Por exemplo, podemos falar da formação social inglesa do início do século XIX ou da formação social brasileira atual, e tentar descrevê-las em detalhe. Embora muito diferentes, o capitalismo é dominante em cada uma delas. Se nos restringirmos a suas características básicas, nossa análise não irá muito longe. Uma formação social concreta envolve modos de produção que se superpõem. É difícil encontrar uma formação social onde exista apenas o modo de produção dominante. Formações sociais são sempre mistas. Em cada formação social, encontramos vestígios de um ou mais modos de produção anteriores, uma clara evidência do modo de produção dominante e sinais de um modo de produção emergente.

Por exemplo, a Inglaterra no início do século XIX pode ser definida como uma formação social que já era predominantemente capitalista, embora ainda mostrasse traços acentuados de feudalismo. A descrição e a análise que Ricardo fez dessa sociedade identificam três classes: proprietários de terras, capitalistas e trabalhadores. Os proprietários de terras eram claros remanescentes de um modo de produção anterior. Se quisermos ser mais específicos, poderíamos descrever a formação social da Inglaterra naquele tempo como uma transição do capitalismo mercantilista para o capitalismo industrial. Além disso poderíamos observar a existência de uma pequena burguesia formada por artesãos e camponeses como vestígios de uma simples agricultura familiar.¹³ Atualmente a formação social nos países industrializados é o capitalismo tecnoburocrático.

Se tivéssemos de descrever a formação social brasileira dos últimos vinte e cinco anos do século XX, nós a definiríamos como predominantemente capitalista mas com um controle tecnoburocrático considerável. É também, portanto, um caso de capitalismo tecnoburocrático. A intervenção do Estado e o crescimento das grandes corporações aumentaram consistentemente entre os anos 30 e 70, mas a profunda crise econômica e fiscal que teve início no final dos anos 70 indicou uma reversão dessa tendência. Embora ainda haja vestígios pré-capitalistas no Brasil - os setores marginalizados da sociedade foram funcionalmente integrados no processo de acumulação capitalista - a classe dominante é a burguesia; a classe tecnoburocrática emergente, que assumiu o poder político durante o regime autoritário (1964-1984),

¹³ Com relação à agricultura familiar, ver a análise de Kevin D. Kelly (1979). O autor sustenta que existe um "modo de produção independente" no qual as pessoas produzem principalmente para seu próprio consumo e apenas incidentalmente para o mercado. A dificuldade em aceitar esta idéia reside no fato de que não foi possível identificar historicamente alguma sociedade que tenha sido integralmente organizada desse modo. Se este não é um modo de produção não-antagônico, como a comunidade primitiva, então onde estão o Estado e suas respectivas classes? A existência de uma agricultura familiar de pequena escala no modo de produção asiático, no feudalismo e no capitalismo é inquestionável. Isto sugere que, além dos modos de produção, podemos também considerar formas de produção especiais que não pertencem especificamente a qualquer modo de produção geral, mas que são úteis para compreender e analisar formações sociais concretas.

perdeu uma parte considerável de sua influência para a classe capitalista desde o início do processo de redemocratização. Mas a longo prazo ela provavelmente continuará a crescer nos setores públicos e privados da sociedade brasileira.¹⁴

Como as formações sociais têm um caráter misto, não podemos falar de apenas duas classes quando nos referimos a elas e não a modos de produção puros. A origem do conceito de classe nos escritos de Marx provavelmente vem de Saint Simon e Ricardo.¹⁵ É evidente a influência deste último tanto na economia política marxista como na teoria de classes marxista. Quando escreve sobre a questão das classes sociais em seu último capítulo, inacabado, do terceiro volume do *Capital*, Marx afirma que há três classes no capitalismo, definidas, como em Ricardo, por seu papel nas relações de produção, e portanto pelos rendimentos que recebem:

Os proprietários da mera força de trabalho, os proprietários do capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de renda são os salários, o lucro e a renda fundiária - em outras palavras: trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários de terras - formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no modo de produção capitalista (1894: 1025).

Em outras palavras, embora predominantemente capitalista, a 'moderna sociedade' inglesa que Marx conhecia - a formação social que chamo de capitalismo clássico ou competitivo - estava dividida em três classes: a burguesia, o proletariado e os proprietários de terras. Embora já existisse, a tecnoburocracia, ou burocracia, não é mencionada por Marx, pois era inexpressiva como classe. Na época, não era mais do que um grupo de status sem uma verdadeira definição social. A burguesia e proletariado são classes específicas ao capitalismo, enquanto a classe proprietária de terras era um legado do feudalismo. Por outro lado, se fôssemos examinar a formação social inglesa do século XVI, provavelmente também encontraríamos três classes: proprietários de terras, servos e burguesia. As duas primeiras correspondiam ao modo de produção então dominante, o feudalismo, enquanto a última já indicava o surgimento de um novo modo de produção.

Três Classes Sociais

No capitalismo tecnoburocrático contemporâneo também há três classes sociais básicas. As formações sociais nos países ricos centrais e também naqueles caracterizados por subdesenvolvimento industrializado são predominantemente

¹⁴ Sobre o retrocesso político da classe profissional ou tecnoburocrática no Brasil a partir de meados dos anos 70, quando a burguesia começou a romper sua aliança política com os militares, ver Bresser-Pereira (1978).

¹⁵ Ver Anthony Giddens (1973:23-25) sobre a influência de Saint Simon na teoria de classes de Marx.

capitalistas, mas cada vez mais tecnoburocráticas. 'Cada vez mais tecnoburocráticas' não significa cada vez mais estatais, embora estejamos usando indiferentemente as palavras 'tecnoburocrático' e 'estatal' para definir o modo de produção correspondente, porque a nova classe tecnoburocrática está surgindo também nas grandes organizações privadas.¹⁶ A burocracia não é mais um grupo de status formado por autoridades do Estado, mas antes uma classe média assalariada envolvida com a vida militar e civil, trabalhando para o Estado, para setores sem fins lucrativos, inclusive as universidades, e para as grandes corporações.

Esta nova classe está se tornando o coração da 'classe média' na sociedade contemporânea ou, mais precisamente, os novos estratos médios. Assim como a burguesia foi o estrato médio por excelência nos séculos XVIII e XIX, a tecnoburocracia desempenha esse papel no capitalismo atual, embora ainda tenhamos uma 'velha' classe média burguesa, formada por capitalistas e empresários de médio porte. Quando o capitalismo começou a se firmar como o modo de produção dominante, os setores médios da burguesia emergente compuseram os estratos médios, bem como a 'pequena burguesia' - os agricultores familiares de pequena escala que participavam diretamente da produção, muitos dos quais acabaram se tornando membros da burguesia.

Em seu trabalho fundamental sobre os estratos médios norte-americanos, C. Wright Mills identifica esses dois grupos como a 'velha classe média' e a 'nova classe média'. Esta última corresponde basicamente à tecnoburocracia, pois Wright Mills define a nova classe média em termos amplos:

A maior parte da nova classe média é composta das faixas de renda média baixa mas, independentemente de como se mede a estatura social, vários tipos de funcionários administrativos, homens e mulheres, distribuem-se por quase todos os níveis da sociedade moderna (1951:64).

Podemos encontrar atualmente um certo número de tecnoburocratas nos estratos mais baixos e outros nas faixas mais elevadas da escala social, lado a lado com o nível mais alto da burguesia, mas a maior parte dos tecnoburocratas está nos estratos médios. Esses novos estratos médios aumentaram em ritmo acelerado. Referindo-se aos Estados Unidos, Mills afirma:

No início do século XIX, embora não disponhamos de números exatos, provavelmente quatro quintos da população ocupada era formada de auto-empregados; em 1870, apenas cerca de um terço, e em 1940, apenas cerca de um quinto, estavam ainda nessa velha classe média. Muitos dos quatro quintos remanescentes das pessoas que agora ganham a vida fazem-no trabalhando para os 2% ou 3% da população que hoje detêm 40% ou 50% da propriedade privada nos Estados Unidos. Entre esses trabalhadores

¹⁶ Meu primeiro trabalho sobre o assunto, Bresser-Pereira (1962), abordava o surgimento da tecnoburocracia nas empresas brasileiras.

estão os membros da nova classe média, funcionários administrativos que recebem ordenados (1951:63).

Em 1870, excluindo a alta burguesia, a velha classe média correspondia a 33% da população, a nova classe média, a 6%, e os trabalhadores, a 61%; em 1940 esses percentuais se alteraram para 20%, 25% e 55%, respectivamente (1951:63). À medida que se reduziam as fileiras dos velhos estratos médios e dos trabalhadores assalariados, aumentavam as fileiras dos tecnoburocratas que recebiam ordenados mensais.

Olin Wright (1978:56) utilizou critérios um pouco diferentes para dividir a sociedade norte-americana, mas na verdade eles são condizentes com os de Wright Mills e com os meus. Ele construiu uma matriz social, usando duas colunas ('autônomos' e 'assalariados') e duas linhas ('trabalho intelectual' e 'trabalho braçal').

Com base nesses dados de 1870 e 1940 e nos dados de Erik Olin Wright para 1969, podemos tentar reconstruir a evolução das classes sociais nos Estados Unidos (Tabela 2). A velha classe média e a nova classe média, de acordo com a classificação de Wright Mills, correspondem basicamente à burguesia e à tecnoburocracia. Se considerarmos todos os trabalhadores braçais como os trabalhadores, os trabalhadores intelectuais autônomos como a burguesia, e os trabalhadores intelectuais assalariados (na verdade, recebedores de ordenado) como a tecnoburocracia, em 1969 teremos apenas 8% para a burguesia, 51% para os trabalhadores e já 41% para a tecnoburocracia. Como se pode ver na Tabela 2, enquanto os trabalhadores e em particular a burguesia diminuíram relativamente, a tecnoburocracia teve um nítido aumento de 1870 a 1969.

Tabela 2: Evolução das Classes Sociais nos EUA

	1870	1940	1969
Burguesia	33	20	8
Tecnoburocracia	6	25	41
Trabalhadores	61	55	51
Total	100%	100%	100%

Fonte: C. Wright Mills (1951: 63) e Erik Olin Wright (1978: 56). A burguesia corresponde à 'velha classe média' em Wright Mills e aos 'trabalhadores intelectuais autônomos' em Olin Wright; a tecnoburocracia corresponde à 'nova classe média' em Wright Mills e aos 'trabalhadores intelectuais assalariados' em Olin Wright.

Val Burris (1980) também realizou um estudo sobre o desenvolvimento da tecnoburocracia ou nova classe média. Os resultados são mais modestos, mas talvez mais precisos. Ele classifica a nova classe média de acordo com dois critérios: se a pessoa trabalha no setor público ou privado, e o tipo de atividade desempenhada. Ele divide esta última em quatro categorias: supervisão e controle do processo de trabalho (gerentes, supervisores de fábrica, supervisores técnicos etc.), reprodução de relações sociais capitalistas (professores, assistentes sociais, profissionais da saúde,

administradores estatais, advogados, trabalhadores culturais etc.), contabilidade e realização do valor (profissionais, vendas, contabilidade, bancos, finanças, seguros etc.), e transformações dos meios técnicos de produção (cientistas, engenheiros, técnicos de pesquisa etc.) (1980: 29). Os resultados de seu estudo, baseado no censo dos Estados Unidos, aparecem na Tabela 3. Eles mostram que as posições da nova classe média responderam por 6% da força de trabalho dos EUA em 1900 e por 25% em 1978.

Tabela 3: Posições da Nova Classe Média na Força de Trabalho dos EUA: de 1900 a 1978

	1900	1920	1940	1960	1978
Total (em milhares)	1.605	3.785	6.026	12.240	23.885
% da Força de Trabalho	6,0	9,5	13,3	18,9	25,3
Setor (% da força de trabalho)					
Privado	3,7	6,8	9,6	14,1	18,3
Estatal	2,3	2,7	3,7	4,9	7,1
Função (% da força de trabalho)					
Supervisão	1,6	3,1	4,1	6,3	7,9
Reprodução	3,2	3,9	5,2	6,2	9,6
Realização	0,9	2,0	3,3	4,1	5,2
Inovação tecnológica	0,3	0,5	0,7	2,2	2,6

Fonte: Val Burris (1980:30)

Tabela 4: O Emprego de acordo com os Principais Grupos Ocupacionais nos EUA

	1940	1974	1985 (projetado)
Funcionários Administr	31,0	48,6	51,5
Operários	35,8	34,6	32,6
Pessoal de Serviço	11,7	13,2	14,1
	100,0	100,0	100,0

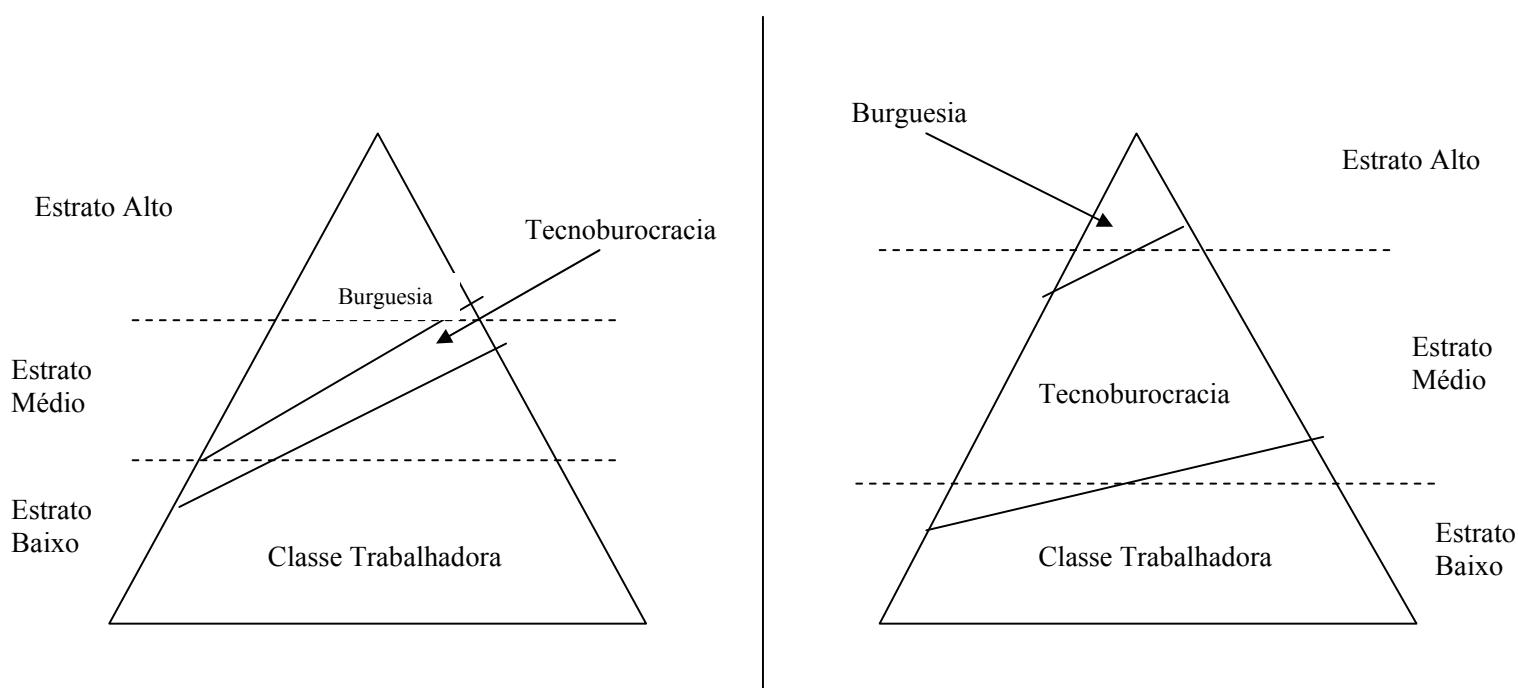
Fonte: Daniel Bell (1979).

Daniel Bell (1979) divide o emprego nos Estados Unidos em três grupos: funcionários administrativos (profissional, técnico, vendas e de escritório), operários, e pessoal de serviço (empregados domésticos e outros serviços). Ele mostra o enorme crescimento do setor de funcionários administrativos, que é mais ou menos equivalente à nova classe a que nos referimos. De acordo com sua projeção, os funcionários

administrativos representariam 51,5% da força de trabalho norte-americana em 1985 (Tabela 3).

Sejam quais forem os critérios utilizados para a classificação e a inclusão nesta nova classe, podemos observar que foi extraordinário o crescimento da tecnoburocracia nas formações sociais contemporâneas que ainda são predominantemente capitalistas.

Figura 2: Estratos e Classes na Sociedade Norte-americana por volta dos anos 1870 e 1969.



Fonte: As duas 'pirâmides sociais' estão baseadas livremente nos dados das tabelas 2, 3 e 4.

Esses dados sobre a sociedade norte-americana podem ser reduzidos ao modelo apresentado na Figura 1, onde estão combinados classes sociais e estratos sociais. Em lugar de uma teórica 'pirâmide social', temos duas na Figura 2, a primeira refletindo em termos gerais a estrutura social nos anos 40 e a segunda, nos anos 70. Em termos de estratos sociais, observamos um aumento acentuado nos estratos médios, que agora incluem alguns trabalhadores. Em termos de classe social, observamos a tecnoburocracia emergindo como uma terceira classe. Esta nova classe estende-se tanto para os estratos superiores como para os inferiores. A burguesia e a classe

trabalhadora abriram espaço para o crescente número de tecnoburocratas, da mesma forma que os estratos superiores e inferiores, estes em particular, abriram espaço para o estrato médio em expansão.

O estrato tecnoburocrático superior corresponde ao que Galbraith (1967) denominou 'tecnoestrutura'. Becker e Sklar chamaram-no de uma 'burguesia gerencial' ou uma 'classe corporativa e internacional', reunindo atores sociais capitalistas e tecnoburocráticos. De acordo com eles, a nova classe social compreende 'a elite empresarial, os gerentes de empresas, funcionários públicos graduados, políticos de destaque, membros de profissões intelectuais e posições semelhantes em todas as esferas da sociedade' (1987:7). A alternativa que apresento aqui é de, por um lado, diferenciar claramente a alta burguesia da alta tecnoburocracia e, por outro lado, registrar que, no capitalismo tecnoburocrático, as duas classes sociais estão associadas.

No entanto, a 'abordagem pós-imperialista' de Becker e Sklar é interessante, em primeiro lugar porque reconhece realisticamente o aparecimento da nova classe nos países industrializados e, em segundo lugar, porque postula que, nos países em desenvolvimento, uma 'burguesia gerencial' está ligada por laços de interesse mútuo à burguesia corporativa internacional. Jeff Frieden, no entanto, tem razão quando alerta que a 'burguesia gerencial' não continuará necessariamente a crescer em importância e hegemonia nos países em desenvolvimento (1987:182). Como tenho enfatizado, a classe tecnoburocrática no Brasil perdeu poder político para a burguesia desde meados dos anos 70, quando começou a transição para a democracia (Bresser-Pereira, 1978).

A 'Questão da Classe Média'

Um dos motivos para se definir a classe tecnoburocrática nas sociedades capitalistas contemporâneas é apresentar uma solução teórica coerente para a 'questão da classe média' a partir de uma posição neo-marxista - a que está sendo adotada neste livro para a análise das classes sociais e do Estado. Esta questão caracterizou-se pela incapacidade teórica da análise marxista convencional em fornecer uma explicação satisfatória para o enorme aumento dos funcionários administrativos neste século. Funcionários de escritório, vendedores, escriturários, gerentes, técnicos, uma grande variedade de consultores, oficiais militares e administradores de todos níveis multiplicaram-se em ritmo extraordinário nas formações sociais contemporâneas. Uma 'nova classe média' surgiu em todos os países industrializados.

A importância desta nova classe média é fundamental para o capitalismo contemporâneo, de tal forma que se torna impossível fazer uma análise econômica ou política sem levar em conta o papel dessa classe. Identificá-la com a burguesia ou com o proletariado é obviamente inaceitável. Aqueles que acreditam ter abraçado os princípios básicos da teoria de classes de Marx costumam usar o termo 'classe média'

para identificar essa grande massa de tecnoburocratas ou funcionários administrativos. Eles negam que esteja surgindo uma nova classe, mas quando falam da 'classe média' da 'nova classe média', ou da 'classe média recebedora de ordenados', eles estão na verdade reconhecendo o aparecimento de uma nova classe e de novas relações de produção.

Marx realmente utilizou, de vez em quando, a expressão 'classe média', mas apenas para identificar a pequena burguesia e às vezes partes do nível médio da burguesia. Este enorme número de gerentes, autoridades, consultores e vendedores trabalhando em grandes organizações públicas e privadas, civis e militares, ainda não tinha aparecido. Os burocratas ainda não constituíam uma classe; eles eram simplesmente um grupo de status. Conseqüentemente, não há solução para a questão da classe média na teoria de classes de Marx.

Chamar este novo e imenso agrupamento social de 'classe média' ou de 'nova classe média' é uma solução incompatível com a teoria de classes, que se baseia no papel que as classes sociais desempenham nas relações de produção. É uma solução adequada para sociólogos funcionalistas, cujo objetivo é simplesmente identificar e descrever os vários estratos sociais em termos de poder, prestígio e renda. Podemos usar o termo 'classe' média, embora neste caso seja mais apropriado utilizar estrato médio ou camada média.

Muitos marxistas dão-se conta disso, mas as soluções teóricas para este problema são ou muito enganadoras ou insatisfatórias. Podemos identificar três soluções básicas, que na análise final se resumirão a uma: incorporar a nova classe ou à burguesia ou ao proletariado, ou ainda dividi-la em dois, com a metade inferior formando parte do proletariado, e a metade superior, a burguesia.¹⁷

A terceira 'solução teórica' está implícita ou explícita em todas as soluções marxistas 'ortodoxas' para esta questão. Os estratos mais elevados da burguesia são identificados com a burguesia, e o restante da nova classe, dos engenheiros e gerentes médios a funcionários administrativos e escriturários, é indiscriminadamente colocado com o proletariado. Como conseqüência, a burguesia, a classe trabalhadora e a tecnoburocracia perdem seu caráter específico como classes. Não é mais possível defini-las em função de relações de produção concretas. A burguesia não é mais formada exclusivamente daqueles que detêm os meios de produção, uma vez que o nível superior da tecnoburocracia faz parte dela. A classe trabalhadora não é mais caracterizada por trabalho braçal ou produtivo, uma vez que agora inclui uma enorme

¹⁷ Como observa Anthony Giddens: "Desde a virada do século, quando pela primeira vez ficou evidente a taxa de crescimento relativo do setor dos funcionários administrativos, aventou-se a idéia - particularmente, é claro, da parte de autores marxistas - de que esta 'nova classe média' acabaria dividida em duas: porque ela não é realmente uma classe, uma vez que sua posição, e a aparência e as atitudes de seus membros, não podem ser interpretadas em termos das relações de propriedade." (1973: 192-193).

massa de trabalhadores, desde funcionários administrativos até engenheiros. Esta identificação dos tecnoburocratas como classe trabalhadora baseia-se geralmente no fato de que eles são 'trabalhadores assalariados'. Em primeiro lugar, eles não são exatamente trabalhadores assalariados, pois recebem ordenados e não salários. Em segundo lugar, se funcionários administrativos são trabalhadores assalariados, os tecnoburocratas de alto nível também o são.

O fato é que essa tentativa de resolver a 'questão da classe média' não se sustenta. Ela só pode ser explicada como uma deficiência da teoria ou talvez pelo desejo de muitos intelectuais e políticos que pertencem à tecnoburocracia de se identificarem com a classe trabalhadora. Nesse sentido, podemos encarar a incorporação dos tecnoburocratas de nível inferior e médio à classe trabalhadora como uma estratégia política bastante comum à esquerda, que tenta se identificar e identificar seus seguidores potenciais com a classe que viria a deter o poder no futuro: o proletariado.

Assim, a pobreza da teoria se soma a uma estratégia política irrealista para uma aliança de classes. O resultado é a imediata incorporação de uma grande parte da 'nova classe média' à classe trabalhadora. A fim de corroborar empiricamente esta posição, aparece uma vez mais o argumento recorrente, embora infundado, da 'proletarização da classe média'. Apesar disso, sua inadequação é evidente e decorre da própria questão que está sendo examinada. Se existe realmente uma 'questão da classe média', isso acontece porque esse grupo social aumentou, e não diminuiu, tornando-se subsequente uma realidade social e política fundamental de nosso tempo, completamente distinta da questão da classe trabalhadora. Embora teoricamente imprecisa, a expressão 'classe média' passou a ser uma ferramenta de uso comum para o cientista social ou para qualquer pessoa que deseje analisar a sociedade atual em termos de economia e política. Isso ocorreu precisamente porque esse grupo social cresceu, prosperou e se tornou uma nova classe social - a tecnoburocracia ou a classe média profissional - e não porque ela se proletarizou, ou se incorporou à classe trabalhadora.

É verdade que Marx falou na 'proletarização da classe média', mas ele se referia a esse processo dentro da classe média tradicional, mais precisamente a proletarização da pequena burguesia, caracterizada pela produção mercantil em pequena escala. Isso de fato ocorreu naquela época e ainda ocorre, embora a pequena burguesia continue a sobreviver como uma classe auxiliar da burguesia¹⁸. O que Marx não poderia prever, e portanto não poderia analisar, era o aparecimento de uma nova classe de

¹⁸ De acordo com os cálculos feitos pelo grupo "Le Capitalisme Monopoliste d'Etat", os "estratos médios não assalariados", ou seja, a pequena burguesia, formada por pequenos fazendeiros, vendedores, artesãos e outros tipos de trabalhadores independentes, diminuiu sensivelmente na França. Eles representavam 34,3% da população ativa em 1954, mas apenas 21% em 1968. (Paul Boccara et al., 1971)

tecnoburocratas, uma vez que seus indícios eram apenas fracos e imprecisos naquele tempo.

Como era inadequada a posição sobre a proletarização da classe média, alguns autores recorreram a um outro tipo de argumento, a fim de incorporar os níveis inferior e médio da tecnoburocracia à classe trabalhadora. É o argumento da crescente mecanização de seu trabalho e de sua tendência à sindicalização.¹⁹ Na verdade, a mecanização está ocorrendo, em certo casos obscurecendo a nítida distinção entre funcionários administrativos e trabalhadores da produção. A tecnoburocracia de nível inferior também é explorada no âmbito do capitalismo tecnoburocrático e tende a se organizar em sindicatos. Apesar disso, não há razão para crer que os sindicatos sejam o domínio exclusivo da classe trabalhadora. Na verdade, sua sindicalização não implica necessariamente um aumento do poder da classe trabalhadora. Com relação à sindicalização dos funcionários administrativos, Anthony Giddens observa:

Onde houver divergências e conflitos acentuados entre sindicatos de trabalhadores braçais e não braçais, elas persistirão, e podem mesmo se acentuar; onde houver um grau mais elevado de interpenetração, o crescimento do sindicalismo entre os funcionários administrativos não alterará significativamente a situação. (1973: 193).

A diferença fundamental entre um funcionário de escritório, ou seja, um tecnoburocrata de nível inferior, e um trabalhador da produção, é o fato de que o primeiro desempenha um trabalho de coordenação, e o segundo, um trabalho produtivo ou operacional. Embora os trabalhadores da produção muitas vezes necessitem de maior conhecimento técnico do que os funcionários administrativos, eles trabalham diretamente na produção, enquanto o funcionário de escritório cuida de tarefas burocráticas. Este trabalho não está diretamente envolvido na produção, sendo antes uma função auxiliar de coordenação e controle.

Uma outra distinção básica é que o funcionário de escritório segue uma carreira burocrática, passando por vários níveis ou posições, enquanto as chances de promoção do trabalhador da produção são bastante limitadas. Os trabalhadores da produção geralmente atingem o ponto mais alto de seus rendimentos antes do trigésimo aniversário. Antes disso, eles têm tempo para desenvolver as habilidades especializadas necessárias para o trabalho, enquanto ainda preservam sua vitalidade juvenil. Os funcionários administrativos, por outro lado, têm de esperar muito antes de atingir o ponto mais alto em termos de carreira e ordenado. Uma evidência disso é a maior mobilidade social entre gerações nos funcionários administrativos ou, em termos mais gerais, nos tecnoburocratas, do que nos trabalhadores produtivos. Esta

¹⁹

Para uma análise da mecanização e fragmentação do trabalho administrativo, ver Paul Boccard et al. (1971: 242-244).

maior mobilidade deriva precisamente do fato de que a carreira é algo específico ao tecnoburocrata.²⁰

Funcionários administrativos tendem a se comportar de maneira muito diferente dos trabalhadores da produção. A razão para isso pode estar ou na natureza distinta do trabalho do tecnoburocrata de nível inferior (trabalho de coordenação) em relação ao trabalho da produção (trabalho produtivo), ou na existência de uma carreira e de mobilidade social para o primeiro mas não para o último. O ponto-chave é que, pela natureza de seu trabalho, os trabalhadores da produção são objeto da exploração capitalista, da extração da mais-valia que eles produzem. Eles sentem isso, ou sabem disso. Por outro lado, embora os funcionários administrativos sejam também explorados, eles realizam um trabalho de coordenação e, de certo modo, sentem que detêm uma parte, ainda que pequena, da organização burocrática. As relações de produção são diferentes, e as situações dessas duas classes também. Como Maurice Halbwachs observa:

Um dos determinantes principais de seu comportamento (e neste caso eles diferem radicalmente dos trabalhadores propriamente ditos) parece ser sua devoção à empresa em que trabalham. Há razões óbvias para isso... Empregados de escritório, como os funcionários públicos, ocupam uma posição diferente dos trabalhadores. Os empregados de escritório estão moralmente envolvidos com o progresso da empresa. (1955: 106-107)

Tanto as teorias conservadoras sobre a 'natureza cada vez mais burguesa da classe trabalhadora', como as teorias marxistas sobre a 'proletarização dos tecnoburocratas', apontam para a semelhança entre os funcionários administrativos e os trabalhadores da produção. No entanto, a crítica que Goldthorpe, Lockwood, Bechhofer e Platt fazem a esta visão baseia-se em exaustivas pesquisas sobre a classe trabalhadora britânica durante os anos setenta. Eles observam:

A ênfase colocada sobre a crescente possibilidade de comparação dos padrões de renda e consumo e as ocupações dos funcionários administrativos levou a negligenciar o fato de que as duas categorias continuam sendo muito mais claramente diferenciadas quando seus membros são considerados como produtores. Apesar dos possíveis efeitos neutralizadores proporcionados por alguns tipos de avanços tecnológicos e modernas políticas de emprego, a situação de trabalho dos funcionários administrativos geralmente ainda é superior à dos trabalhadores braçais assalariados em termos de condições de trabalho e facilidades, continuidade de emprego, remuneração indireta, projetos de rendimento de longo prazo e chances de promoção. (1969: 24).

²⁰

Poulantzas confirma empiricamente a maior mobilidade social da "nova pequena burguesia", ou seja, da tecnoburocracia. Ele afirma: "Quase não há trabalhadores braçais que tenham ascendido para a burguesia no curso de suas vidas de trabalho, ao passo que isso acontece com cerca de 10% dos 'empregados' administrativos homens que mudam de posição (tornando-se gerentes de um nível superior) e a proporção é ainda maior para o quadro intermediário." (1974: 283). Seus dados referem-se à França de hoje.

O que diferencia os tecnoburocratas de nível inferior dos trabalhadores da produção é que os tecnoburocratas se consideram como parte da organização burocrática em que trabalham e onde existe sempre a perspectiva de promoção. Os tecnoburocratas sentem-se, de uma certa forma, parceiros da organização porque de algum modo eles realmente possuem uma pequena parte da organização, enquanto aos trabalhadores da produção é totalmente negado qualquer tipo de propriedade.

Na verdade, a 'nova classe trabalhadora' formada por trabalhadores técnicos é muito mais um desejo, uma visão ideológica de certos representantes da esquerda, do que uma realidade. Isso não significa que não haja alianças entre setores dos tecnoburocratas de nível inferior e médio e os trabalhadores da produção. Os partidos comunistas e partidos da esquerda em geral em todo o mundo capitalista são um exemplo desse tipo de aliança. Mas daí a equiparar a tecnoburocracia, e mais especificamente sua camada inferior, com a classe trabalhadora, vai uma longa distância. Só se pode chegar a esse resultado através de consideráveis maquinações teóricas.

Outra solução, semelhante à incorporação dos níveis médio e inferior da tecnoburocracia à classe trabalhadora, é deixar esta questão irresolvida. Essa abordagem destaca as semelhanças entre os dois grupos, enfatizando a necessidade e viabilidade de sua aliança. Este conceito é tipificado pelo grupo ligado ao Partido Comunista Francês que escreveu *Le Capitalisme Monopoliste d'Etat* (Paul Boccara et al., 1971).

Em lugar de dividir a sociedade em três classes como faria um grupo marxista supostamente ortodoxo (burguesia, proletariado e pequena burguesia [vestígios da pequena produção mercantil na formação social francesa]), o grupo CME divide a sociedade francesa nas quatro grandes 'classes' ou 'estratos' que vimos na Tabela 5. São eles: a classe trabalhadora, os estratos intermediários assalariados, os estratos médios não assalariados, e os líderes de empresas capitalistas e consultores da burguesia. Uma das principais preocupações do grupo CME é mostrar que a classe trabalhadora cresceu não apenas em termos absolutos mas também em termos relativos. Esta é evidentemente uma resposta inaceitável à teoria amplamente difundida sobre a natureza cada vez mais classe média da classe trabalhadora, bem como sua diminuição relativa de tamanho.

A questão política e teórica que o grupo CME teve de enfrentar quando estudou a questão da classe no capitalismo tecnoburocrático foi a dos novos estratos médios, ou, de acordo com a terminologia empregada, a dos 'estratos intermediários assalariados'. Seu surpreendente crescimento é ilustrado pela Tabela 5, onde verificamos que sua participação relativa na força de trabalho aumenta de 21% para 34,3% da população francesa empregada, no curto espaço de catorze anos, de 1954 a 1968. Em termos absolutos, este período mostrou um aumento dos assalariados de nível médio, de 4.400.000 para 6.375.000 em 1968.

Tabela 5: Estrutura Social da População Francesa Empregada

	1954	1962	1968
Classe Trabalhadora	40,3	43,0	44,5
Estratos Intermediários Assalariados	20,4	25,6	30,5
Estratos Médios Não Assalariados	34,3	26,9	21,0
Líderes de Empresas Capitalistas e Consultores da Burguesia	5,0	4,5	4,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Paul Boccara et al. (1971: 253), com base em dados do I.N.S.E.E.

Em primeiro, lugar esse crescimento aconteceu às expensas da pequena burguesia, que trabalhava em unidades agrícolas, comerciais e industriais de pequena escala, e das profissões independentes. A concentração e a centralização do capital liquidaram muitas empresas comerciais e produtivas de pequena escala. O crescimento da produtividade agrícola desencadeou um êxodo rural e uma diminuição da população camponesa tanto em termos relativos como em termos absolutos. Advogados e médicos que eram antes profissionais independentes tornaram-se trabalhadores assalariados, à medida que o capital passou a se concentrar e que certas novas atividades ligadas ao setor de serviços submeteram-se à lógica do capital e da organização burocrática.

Um segundo fator relacionado é a concentração de capital e a criação de grandes organizações burocráticas que cada vez mais absorvem uma grande parte da população em novas profissões. Engenheiros, técnicos especialistas, gerentes, consultores e pesquisadores inserem-se na economia com a expectativa de receber ordenados.

Finalmente, como observa o grupo CME, o aumento maciço de trabalhadores assalariados, particularmente empregados em serviços, é principalmente uma consequência da expansão de atividades comerciais e financeiras levadas a efeito por empresas comerciais capitalistas. O aumento dessas atividades, por sua vez, é explicado pela crescente complexidade dos sistemas de vendas e distribuição em sociedades capitalistas avançadas e pela necessidade de sofisticados serviços comerciais e de comunicações, a fim de evitar a crise do mercado.

Em face desse enorme crescimento dos estratos médios, os membros do grupo do CME viram-se confrontados com um problema. Seu desejo era apenas de integrá-los à classe trabalhadora. E até certo ponto foi mais ou menos o que fizeram. Desse modo, a aliança que propuseram entre esses estratos e os operários seria automaticamente alcançada, ao menos teoricamente, pois a classe trabalhadora e os estratos médios pertenceriam à mesma classe. No entanto, este salto teórico não tinha sequer um mínimo de suporte na teoria de classes (seria necessário um salto teórico muito maior do que esse, que incluía os trabalhadores dos serviços na classe

trabalhadora). O grupo reconsiderou e deixou a questão irresolvida. Em vez de reconhecer a existência de uma nova classe - a tecnoburocracia, ou qualquer outro nome que preferissem - eles escolheram deixar pendente a questão teórica, enquanto, ao mesmo tempo, continuam a enfatizar a proximidade ou afinidade da tecnoburocracia (excluídos os estratos superiores) com a classe trabalhadora. Assim, insistem na viabilidade de uma aliança política entre os dois grupos (Paul Boccara et al., 1971: 238-239).

Dessa forma, na visão do grupo CME, engenheiros, especialistas técnicos, gerentes médios e funcionários administrativos ficam excluídos do processo de tomada de decisão da classe capitalista. Mas como seus 'salários' (na verdade, seus ordenados) estão se aproximando cada vez mais dos salários dos trabalhadores da produção, eles acabam sendo tão explorados quanto estes últimos. Seu lugar na hierarquia diminui a cada dia. Alguns poderiam até mesmo ser considerados trabalhadores da produção em certas situações, como alguns engenheiros e trabalhadores técnicos. Mas a maior parte deles é coletor de mais-valia, o que torna impossível incluí-los na classe trabalhadora:

Mesmo se sua atividade não é diretamente produtiva, eles são todos trabalhadores assalariados, individual e coletivamente explorados... Estão agora presentes as condições para uma aliança permanente (com os trabalhadores), abrindo oportunidades para as lutas comuns pela democracia e pelo socialismo. (Paul Boccara et al., 1971: 239).

Independentemente da existência de condições políticas para esta aliança, é óbvio que a 'solução teórica' de deixar aberta a questão dos estratos médios, no que se refere à classe social, é de uma pobreza franciscana.

TRABALHO OPERACIONAL E DE COORDENAÇÃO

Dentre os cientistas sociais marxistas, foi Nicos Poulantzas quem provavelmente chegou mais perto de uma solução teórica para a questão da classe média no capitalismo tecnoburocrático. Apesar disso, sua tentativa não conseguiu ter sucesso. Sua preocupação com a ortodoxia marxista levou-o a uma solução que olha para o passado, e não a analisar a direção que a história tomou com base no desenvolvimento das forças produtivas e no aparecimento de um novo modo de produção. Não obstante, a força de seu trabalho teórico e seu prestígio influenciaram um crescente número de neo-marxistas a aceitarem a idéia de uma nova classe emergente.

Poulantzas foi um dos mais notáveis cientistas políticos marxistas de sua época. Possuindo uma notável capacidade de raciocínio abstrato, ele demonstrou imaginação, coragem para pensar livremente e rigor científico em suas contribuições às questões relativas a classe e Estado. Foi este rigor científico que o impediu de deixar irresolvida a questão dos estratos médios. Ele percebeu que a integração deles, seja na burguesia seja na classe trabalhadora, e o fato de designá-los como um 'estrato intermediário assalariado' ou uma 'nova classe média', eram insatisfatórios do ponto de vista marxista. Por outro lado, Poulantzas percebeu claramente que havia uma nova classe social, e que ela era formada por um sem-número de burocratas ou funcionários administrativos (especialistas técnicos, engenheiros, gerentes, vendedores e funcionários de escritório). Embora outros marxistas tenham reconhecido este fato antes de Poulantzas, começando com as primeiras contribuições de Bruno Rizzi (1939), eles se referiam a burocracias em países que já eram predominantemente controlados pelo Estado. Poulantzas foi, com toda a probabilidade, o primeiro marxista de prestígio intelectual a reconhecer a existência da nova classe em países capitalistas e a examiná-la em termos acadêmicos adequados. Considerando o número e a presença social e política dos novos burocratas, seria inútil negar sua natureza de classe. Assim, em *Classes in Contemporary Capitalism* ele decidiu reconhecer o fato, atribuindo a esse grupo o status de classe social e denominando-o 'nova pequena burguesia' (1974:195-347).

Chamar esta nova classe de 'nova pequena burguesia' pode ser uma prova de raciocínio imaginativo, mas é uma solução inaceitável. Certamente há outros nomes, além de tecnoburocracia, adequados para a nova classe surgida no capitalismo contemporâneo. Como é um fenômeno novo, podemos chamá-lo do que quisermos. O que é importante, no entanto, é dar-lhe uma estrutura teórica adequada. Poulantzas foi incapaz de fazê-lo com o termo nova pequena burguesia. Ele explicou a nova classe em termos do passado, deixando de perceber novas relações de produção relativas a um novo modo de produção. Também não forneceu uma solução coerente e integrada para explicar as formações sociais de tipo soviético.

Poulantzas divide a pequena burguesia em duas classes: a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia. No entanto, a ligação que ele faz entre as duas classes é negativa:

Tanto a pequena burguesia tradicional (produção e propriedade em pequena escala) como a nova pequena burguesia (assalariados não produtivos) têm em comum o fato de não pertencerem nem à burguesia nem à classe trabalhadora. (1974: 206).

No entanto, manifestando sua permanente tendência a priorizar fatores políticos em detrimento dos econômicos, Poulantzas afirma que este critério 'apenas parece' ser negativo. Isso acontece porque, dada a polarização entre a burguesia e a classe trabalhadora e a exclusão das duas pequenas burguesias, 'ele na verdade produz 'semelhanças' econômicas que têm efeitos políticos e ideológicos comuns' (1974:206).

Desse modo, os conceitos básicos do materialismo históricos são invertidos. É o conflito de classes, e não as relações de produção, que determinará a estrutura de classes da sociedade. Não há dúvida de que o economicismo é uma posição insustentável. Ele perde de vista a natureza dialética das relações entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como das relações de produção com a superestrutura ideológica. No entanto, assim é a virada de 180 graus de Poulantzas na direção do politicismo. Ao fazer isso, ele abandona implicitamente os postulados básicos do materialismo histórico e da teoria de classes marxista.

Poulantzas nunca chega a esclarecer as semelhanças econômicas entre os artesãos, os produtores agrícolas de pequena escala, e aqueles envolvidos em comércio de pequena escala, que realizam o trabalho diretamente enquanto, ao mesmo tempo, detêm o capital e empregam mão-de-obra - isto é, a pequena burguesia - e os tecnoburocratas que trabalham em grandes organizações burocráticas. Na verdade, eles são tão diferentes, em termos econômicos e profissionais, e as relações de produção envolvidas são tão distintas, que não há como encontrar um fundamento econômico comum entre os dois grupos. Poulantzas logo abandona a busca de semelhanças econômicas, mas insiste em encontrar pontos em comum no nível político. Ele afirma:

Esta última (a pequena burguesia tradicional), embora ocupe nas relações econômicas um lugar diferente do da nova pequena burguesia, é mesmo assim caracterizada no nível ideológico por certos aspectos análogos, embora haja ainda algumas diferenças. (1974: 294).

Os 'aspectos análogos' que Poulantzas encontra, comuns a ambas as classes, são na verdade bastante óbvios. São as atitudes políticas tipicamente expressas pelos estratos sociais situados entre a classe dominante e a classe dominada, tais como o 'medo da proletarianização' ou uma atitude crítica em relação às 'grande fortunas.'

É possível compreender porque um cientista político renomado como Poulantzas abraçaria uma tese tão estranha - a de juntar a tecnoburocracia, uma nova classe emergente, com a pequena burguesia, uma antiga classe sempre ameaçada de extinção. Ele estava certo da existência de uma nova classe social e necessitava dar-lhe um nome. 'Nova pequena burguesia' era um nome conveniente, pois, assim como a pequena burguesia tradicional, a nova classe era um estrato médio. Em segundo lugar, permitia-lhe subordinar a teoria de classes ao fator político, à luta de classes, uma tendência dominante em seu pensamento. É estranho pensar que a luta de classes possa determinar a posição da classe, mas isso é o que Poulantzas declara nesta passagem:

Se a burguesia tradicional e a nova pequena burguesia podem ser consideradas como pertencentes à mesma classe, isso ocorre porque as classes sociais são determinadas unicamente na luta de classes, e porque esses agrupamentos são, precisamente, ambos polarizados com relação à burguesia e ao proletariado. (1974: 294).

Mas Poulantzas tinha uma terceira razão decisiva para equiparar ou associar o que chamamos de tecnoburocracia à pequena burguesia tradicional. Ele admitia a existência de uma nova classe, mas não queria admitir as consequências históricas e ideológicas desse fato. Desse modo, ele é levado contraditoriamente a negar as visões políticas e ideológicas autônomas e duradouras da nova classe. Ele afirma:

A pequena burguesia não tem, na verdade, a longo prazo, uma posição política autônoma de classe por si mesma. Isto significa simplesmente que, numa formação social capitalista, existe apenas o modo burguês e o modo proletário (o modo socialista); não existe algo como o 'terceiro modo', em que insistem várias teorias da 'classe média'. As duas classes básicas são a burguesia e a classe trabalhadora; não existe um 'modo de produção pequeno burguês'. (1974: 297)

Na verdade, é impossível falar de um modo de produção pequeno burguês. Isso não existiu no passado, pois a pequena burguesia nunca se tornou a classe dominante, nem mesmo uma classe fundamental numa dada formação social. Não poderia existir atualmente. A pequena burguesia e suas respectivas relações de produção sempre existiram secundariamente nas formações capitalistas. Mas enquanto o modo de produção pequeno burguês nunca ocorreu na história de modo dominante, e a pequena burguesia nunca foi a classe dominante, o mesmo não aconteceu com a tecnoburocracia. Ela alcançou a posição dominante em todos os países 'comunistas' ou controlados pelo Estado e está presente - embora de modo subordinado e muito contraditório - em países capitalistas. Ao contrário da pequena burguesia, a tecnoburocracia é uma classe com uma vocação para o poder claramente definida. Esta vocação se expressa através de tentativas de administrar toda a produção social em termos racionais. Poulantzas chegou perto deste fato com seu conceito da nova pequena burguesia, reconhecendo a natureza de classe desse novo grupo. Mas ele foi incapaz de dar o passo teórico necessário para alcançar uma visão mais geral e efetivamente histórica dessa classe na sociedade contemporânea.

O Reconhecimento da Nova Classe

Apesar disso, a análise de Poulantzas representa um avanço significativo no estudo da nova classe - uma análise que começou com Rizzi (1939), Burnham (1941), Castoriadis (1949) e Wright Mills (1951). Outra contribuição veio de Paul Sweezy. Ele foi um dos primeiros a denunciar 'a ilusão da revolução gerencial' (1942), mas em *The Post-Revolutionary Society* ele adotou uma posição mais realista. Neste livro, onde reconhece a existência de uma nova classe dominante na União Soviética, baseada no controle da organização do Estado (1980: 147), Sweezy não faz a ligação teórica com uma nova classe média tecnoburocrática correspondente nos países capitalistas. No entanto, é óbvio que, uma vez reconhecido o aparecimento de uma nova classe, em consonância com seu controle da organização pública nas sociedades estatais, não há

razão para negar a existência de uma nova classe média tecnoburocrática nas sociedades capitalistas, controlando parcialmente as organizações burocráticas públicas e privadas.

Na realidade, a posição marxista padrão que ignora os indícios do aparecimento da classe tecnoburocrática parece estar chegando ao fim. O peso da evidência finalmente parece estar prevalecendo sobre a crença ortodoxa de que a alternativa à burguesia é o proletariado. Uma expressão desse fato é o artigo de Val Burris 'Capital Accumulation and the Rise of the New Middle Class' (1980). Ele começa sua análise com uma crítica implícita de Poulantzas, afirmando que:

Ao contrário dos grupos intermediários, como a pequena burguesia, esta nova classe média não existe como a periferia distante da produção capitalista, mas emerge dentro do próprio centro das relações econômicas capitalistas (1980:18).

Dado que Val Burris reconhece a existência de uma nova classe média, ele também deveria admitir, para ser coerente, o aparecimento de novas relações de produção e, conseqüentemente, de um novo modo de produção. De fato, ele observa que as relações de produção são diferentes. Tomando a mesma direção indicada por Poulantzas (1974) e Erick Olin Wright (1978), ele afirma que a nova classe média não tem a propriedade mas tem a posse dos meios de produção, ocupando assim uma “posição contraditória dentro das relações de classe” (Burris, 1980:19).

Trabalho Produtivo e Improdutivo

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não foi desenvolvida por Adam Smith e Marx para definir o sistema de classes. Ao contrário, foi usada para descrever o surgimento do capitalismo na Inglaterra. Poulantzas, no entanto, tentou utilizar esses dois conceitos para definir uma nova classe: a nova pequena burguesia. Os capitalistas seriam os proprietários dos meios de produção; a classe trabalhadora, os operários, seriam os trabalhadores produtivos; e a nova classe, a nova pequena burguesia, seriam os trabalhadores improdutivos. Neste capítulo discutirei essa tentativa, mostrando que as categorias de trabalho produtivo e improdutivo não apenas não são úteis na caracterização das classes sociais, mas também perderam sua capacidade de ajudar a compreender o capitalismo contemporâneo. Elas foram importantes para a análise do surgimento do capitalismo, mas nos dias de hoje, como praticamente todo tipo de trabalho é sujeito ao capital e produz mais-valia, a distinção perdeu sua relevância histórica.

Poulantzas utilizou as categorias de trabalho produtivo e improdutivo para diferenciar a nova classe da classe trabalhadora e da burguesia. Sua diferenciação da classe capitalista é óbvia. A nova classe não é parte da burguesia porque não detém os

meios de produção. Distingui-la da classe trabalhadora é mais difícil, particularmente se não se fizer uma distinção entre salários e ordenados. Poulantzas observa que os membros da classe trabalhadora e da nova classe são assalariados mas, com base em Marx, acrescenta:

... se todo agente pertencente à classe trabalhadora é um assalariado, isto não significa necessariamente que todo assalariado pertence à classe trabalhadora. A classe trabalhadora não é definida por um critério negativo simples e intrínseco, sua exclusão das relações de propriedade, mas pelo trabalho produtivo (1974:210).

Desse modo, a nova pequena burguesia seria formada por trabalhadores assalariados improdutivos. A partir daí Poulantzas faz uma exaustiva revisão dos conceitos de Marx com relação ao trabalho produtivo. O objetivo é dar uma fundamentação teórica à nova classe. Ele obviamente encontrou enormes dificuldades. O problema mais sério é que engenheiros e especialistas técnicos realizam trabalho produtivo, de acordo com Marx. Se acompanharmos o princípio geral segundo o qual todos os trabalhadores produtivos são operários, então esses engenheiros e especialistas técnicos deveriam pertencer à classe trabalhadora. Por outro lado, um lixeiro, desempenhando trabalho não produtivo, não seria um membro da classe trabalhadora.

Poulantzas tenta resolver o primeiro problema afirmando que engenheiros e especialistas técnicos não pertencem à classe trabalhadora, pois eles realizam trabalho intelectual, subordinando os trabalhadores ao capital:

Se eles, como grupo, não pertencem à classe trabalhadora, isso acontece porque, no lugar que ocupam na divisão social do trabalho, eles mantêm relações políticas e ideológicas de subordinação da classe trabalhadora em relação ao capital (a divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal), e porque este é o aspecto dominante de sua determinação de classe (1974:242).

O problema é resolvido indiretamente, para Poulantzas e para os marxistas em geral, ampliando-se o conceito de trabalho produtivo de tal forma que possa incluir praticamente todos os trabalhadores braçais.

Por outro lado, Poulantzas reexamina a distinção entre trabalho braçal e trabalho intelectual. Depois de ponderar as dificuldades inerentes ao conceito, ele chega a uma conclusão que priva de todo sentido a distinção entre os dois tipos de trabalho na determinação da posição da classe. Citando Gramsci, de acordo com quem 'o trabalhador ou o proletário, por exemplo, não se caracterizam especificamente por seu trabalho braçal ou instrumental, por desempenhar esse trabalho em condições específicas e em relações sociais específicas' (Gramsci, 1934:8), Poulantzas conclui que a distinção entre esses dois tipos de trabalhadores é inútil para definir a classe trabalhadora, pois há trabalhadores braçais que não pertencem ou não pertenceriam à classe trabalhadora (1974:254).

Este não é o lugar para revisar a exaustiva discussão relativa a trabalho produtivo e improdutivo.²¹ Em todos os sentidos, este foi um conceito fundamental em teoria econômica desde os fisiocratas até Marx. Foi posteriormente abandonado pelos economistas neoclássicos, que não o consideravam como um conceito útil, pois encaravam como produtivo todo trabalho que possui um produto marginal positivo e recebe remuneração correspondente. Na verdade, o conceito de trabalho produtivo só é significativo para aqueles economistas que procuram colocar a economia (ou a economia política) dentro de um contexto histórico. Ele vem se tornando menos relevante no capitalismo atual, onde todo trabalho, inclusive os serviços, está subordinado ao capital, mas continua a ser essencial para diferenciar historicamente o pré-capitalismo e o capitalismo mercantilista do capitalismo industrial. É muito útil na definição das condições em que surge o modo de produção especificamente capitalista.

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo nunca foi clara, pois esse conceito contém elementos que atribuem valor e características particulares às relações de produção. É verdade que Marx afirma que trabalho produtivo não é o trabalho que é útil, mas antes o trabalho que produz mais-valia, enfatizando o aspecto das relações de produção. No entanto, é certo que tanto Marx como os fisiocratas e Adam Smith entendiam o trabalho produtivo, em sentido geral, como aquilo que produz riqueza, e é difícil fugir de um conceito de riqueza viciado pela idéia de valor. Assim, uma vez que se compreenda o que é riqueza, o conceito de trabalho produtivo ficará definido. O conceito de riqueza, no entanto, é tão difícil como o de trabalho produtivo.

Para os fisiocratas, como expresso por Quesnay:

A classe produtiva é aquela que, cultivando a terra, causa o renascimento da riqueza anual das nações (1766:45-46).

Em um país agrícola como a França em meados do século XVIII, apenas a agricultura produzia riqueza. Smith ampliou esse conceito de modo decisivo, não apenas porque incluiu a produção industrial no trabalho produtivo, mas também porque percebeu que trabalho produtivo é aquele que produz excedente, aquele que agrega valor aos bens produzidos:

Há um tipo de trabalho que agrega valor ao objeto sobre o qual é aplicado; há um outro que não tem esse efeito. O primeiro, como produz valor, pode ser chamado de produtivo; o segundo, de trabalho improdutivo (1776: vol.1, p.294).

²¹ Essa questão, que havia sido quase esquecida pelos economistas marxistas, foi reintroduzida por Paul Baran (1957), Joseph Gillman (1957), E.Altvater e Freerkhuisen (1970), Pierre Salama (1978), E.K.Hunt (1979), Paul Singer (1981). O trabalho de Hunt inclui uma extensa bibliografia.

Para Smith, já era claro então que trabalho produtivo não era o mesmo que trabalho útil. Referindo-se ao trabalho de um soberano e ao seu pessoal civil e militar, ele afirma:

O serviço dele, conquanto digno de honra, útil ou necessário, não produz nada que possa mais tarde ser trocado por uma igual quantidade de serviço (1776:295).

Assim, o trabalho produtivo é aquele que produz valor de troca. É esse trabalho que produz riqueza, com a qual o capitalista paga salários e acumula capital. Os trabalhadores produtivos são, portanto, mantidos por seu próprio trabalho, enquanto os 'trabalhadores improdutivos, e aqueles que não trabalham, são mantidos pelos rendimentos' (1776: 297), ou seja, pelos aluguéis e lucros recebidos por proprietários de terras e capitalistas.

Era, portanto, razoavelmente claro para Smith que o conceito de trabalho produtivo estava fundamentalmente ligado ao avanço do capitalismo, com a generalização do trabalho que produz valor de troca. Smith considerava a riqueza como a produção de valor de troca no âmbito do sistema capitalista. A riqueza das nações dependeria da proporção de trabalhadores produtivos (ou seja, aqueles submetidos ao capital) em uma sociedade. Malthus, como Marx salienta (1864:240), é mais direto. Ele simplesmente afirma que o trabalhador produtivo é a pessoa que, além de produzir seus próprios salários, também gera lucro para o capitalista. Em suas palavras:

Os trabalhadores produtivos, ao mesmo tempo que obtêm riqueza e os meios de acumulação para si mesmos, fornecem um grande excedente para essa outra classe importantíssima da sociedade, que vive dos lucros do capital. (1836: 41).

Marx continua e aprofunda esta linha de raciocínio. Em lugar de debater a questão do trabalho produtivo em termos abstratos ou filosóficos, Marx é coerente com seu método histórico, definindo a riqueza no âmbito do sistema capitalista. Riqueza, portanto, é a produção de mercadorias com valor de troca, ou mais especificamente, é a mais-valia realizada pelo capitalista; a mais-valia do trabalho é o aumento da riqueza do capitalista; é a base para a acumulação de capital. Assim, trabalho produtivo é simplesmente aquilo que produz mais-valia. Marx é bastante claro sobre este ponto:

Trabalho produtivo, em termos de produção capitalista, é aquele trabalho assalariado que, trocado contra a parcela variável do capital, reproduz não apenas esta parcela de capital (ou o valor de sua própria força de trabalho) mas, além disso, produz mais-valia para o capitalista. Apenas esse trabalho assalariado que produz capital é considerado produtivo (1862:152).

O trabalho improdutivo, por outro lado, seria aquele que é trocado contra rendimento, e não contra o capital variável. Marx é também bastante claro sobre este ponto. O trabalho improdutivo típico seria aquele desempenhado pelos empregados

domésticos. Embora seja útil para o patrão, não produz mais-valia; está fora da esfera das relações capitalistas. Não é trocado por capital, mas antes por um rendimento produzido pelo capital, ou mesmo por salários. Nas palavras de Marx:

Isso também estabelece em termos absolutos o que constitui o trabalho improdutivo. Trata-se de um trabalho que não é trocado contra o capital, mas diretamente por rendimento, ou seja, salários ou lucros (o que naturalmente inclui as várias categorias daqueles que participam como parceiros no lucro capitalista, em termos de rendimento dos juros (1862:157).

Ao conceituar trabalho produtivo e improdutivo, baseando-se nos economistas clássicos, Marx tinha um objetivo fundamental: analisar o desenvolvimento do capital e a crescente área de atuação do modo de produção capitalista. O avanço do trabalho produtivo foi na verdade o avanço das relações de produção capitalistas. Assim ele afirma, novamente em *Theories of Surplus Value*, que:

Essas definições não derivam das características materiais do trabalho (nem na natureza de seu produto final nem na natureza específica do trabalho como trabalho concreto), mas antes, numa forma social definida, das relações sociais de produção em que o trabalho é realizado (1862:157).

Também em *The Sixth Unpublished Chapter of Capital*, Marx enfatiza a transição da subordinação formal do trabalho ao capital para a subordinação real do trabalho ao capital, a mudança do capitalismo mercantilista especulativo para o capitalismo industrial produtivo. Ele desenvolve os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo para estudar essa transição. Não é coincidência que nas três ocasiões em que Marx estuda essa questão, sua preocupação fundamental seja diferenciar o capital industrial do capital mercantil, a produção da circulação.²²

No entanto, Marx tinha outro objetivo ao utilizar os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, além do de descrever o avanço do capitalismo industrial sobre o mercantilista e a expansão da produção de mais-valia. Ele também queria utilizar essas categorias para distinguir o âmbito da produção do da circulação. Embora fundamental para o pensamento marxista, há muita confusão cercando essa distinção. Não há dúvida de que o centro do problema é que a mais-valia é criada no âmbito da produção, não da circulação. Mas o que é o âmbito da produção?

É razoável dizer que a mera troca de mercadorias não produz excedente. No entanto, quando um comerciante, empregando trabalhadores assalariados, agrega valor de uso e valor de troca a uma mercadoria, armazenando-a, transportando-a e tornando-a disponível aos consumidores, por que não consideramos que este trabalho está

²² Marx examina essa questão em: Item 6 de "The Sixth Unpublished Chapter of Capital", "The Two Historical Phases of the Development of Capitalist Production"; Capítulo VI do Volume II do Capital, "The Costs of Circulation"; e Capítulo IV de "Theories of Surplus Value", onde Marx contrasta sua teoria com a de Adam Smith e a dos mercantilistas.

produzindo mais-valia e que, conseqüentemente, constitui trabalho produtivo? Por outro lado, todos os serviços, que ajudam a produzir bens materiais, são mercadorias como quaisquer outras. No entanto, há passagens em Marx em que vendas e serviço em geral são considerados como improdutivo.²³ Essas inconsistências podem ser muito provavelmente explicadas pelo fato de que, na época em que Marx escrevia, o setor de serviços tinha pouco significado econômico e estava bastante fora do âmbito do capitalismo. O comércio, por outro lado, estava intimamente associado ao capital mercantil especulativo. A questão histórica central para Marx era diferenciar o capital industrial, que é produtivo e cria mais-valia, do capital mercantil especulativo, no qual o lucro provém da venda de mercadorias por um preço diferente de seu valor. Os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo ajudam a fazer essa distinção.

Marx tinha um terceiro objetivo que aparece apenas em certas passagens, mas que é inegável. Ele utiliza essas categorias para sugerir a superioridade do socialismo - onde não haveria trabalho improdutivo - sobre o capitalismo. Nessa perspectiva, ele abandona o uso dos dois conceitos a fim de analisar o aparecimento do capitalismo industrial e procura aplicá-los a todos os modos de produção. A implicação é que, à medida que a humanidade evolui para modos de produção mais avançados, diminui a proporção de trabalho improdutivo, que não produz riqueza. Paul Baran (1957, Capítulo II) enfatiza sobremaneira este aspecto da teoria de Marx. É claramente um aspecto subsidiário da questão, relativo à ideologia.

Sentido Perdido

Os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo foram úteis para a análise de Marx do surgimento do capitalismo. Mas da perspectiva do capitalismo contemporâneo, onde o capital penetrou em praticamente todas as áreas da sociedade, essa distinção perdeu quase todo o sentido. Na época dos fisiocratas, de Smith e mesmo de Marx, o avanço do capitalismo foi o evento histórico decisivo, eliminando os vestígios das formações feudais e camponesas e do capitalismo mercantilista. Desse modo, era importante definir trabalho produtivo como aquele que produzia mais-valia, diferenciando-o do capital mercantil. Este último se apropria do excedente por meio de processos de acumulação primitiva. O lucro mercantil especulativo é alcançado através do poder monopolístico do comerciante. É este poder, tradicionalmente associado ao comércio de longa distância, que o torna capaz de vender seus bens por preços acima de seus valores respectivos. No caso do capital industrial, o processo pelo qual o excedente é apropriado é inteiramente diferente. A mais-valia é o resultado de uma troca de valores equivalentes, em que os capitalistas trocam suas mercadorias por força

²³ Ver Paul Singer (1981) e Hunt (1979) sobre essa questão. Embora seja um marxista, este último aponta as inconsistências na discussão que Marx faz desse assunto.

de trabalho vendida 'livremente' como uma mercadoria pelos trabalhadores, de acordo com seus respectivos valores. Uma vez que o capitalista exauriu a mais-valia absoluta como recurso, ou seja, a extensão do dia de trabalho e a aceleração do ritmo de trabalho, ele não tem alternativa senão tentar realizar a mais-valia relativa, aumentando a produtividade do trabalho pela acumulação de capital e pela incorporação do progresso técnico.

Assim, foi necessário estabelecer uma diferença entre as formas pré-capitalistas e mercantis de organização da produção e o modo de produção especificamente capitalista. As noções de trabalho produtivo e improdutivo ajudaram nessa tarefa. Atualmente, no entanto, quando quase todo trabalho produz mais-valia, essa distinção não é mais tão decisiva. Os serviços (que correspondem a cerca de 60% do produto nacional nos países desenvolvidos) também produzem mais-valia. Isso acontece não apenas porque trabalhadores assalariados são empregados e porque o capitalista que os emprega realiza um lucro, mas também porque, na verdade, esses trabalhadores estão agregando valor às mercadorias pela utilização de técnicas e equipamentos sofisticados, pois a produtividade é uma preocupação central. O capitalista nos serviços modernos não está realizando o velho lucro mercantil, mas sim a mais-valia.

No Volume II do *Capital*, onde Marx diferencia produção de circulação, ele afirma que o comerciante

...desempenha uma função necessária porque o próprio processo de reprodução inclui funções improdutivas. Ele trabalha como qualquer outra pessoa, mas o conteúdo de seu trabalho não cria nem valor nem produtos. Ele próprio é parte das falsas despesas ("faux frais") de produção. (1885: 209)

Essa posição já era difícil de ser aceita no tempo de Marx. Ela se tornou claramente inaceitável no capitalismo atual, onde os serviços não apenas assumiram uma importância extraordinária, mas foram também absorvidos pelo capital produtivo, no sentido de que sua preocupação é extrair mais-valia relativa de seus trabalhadores através da incorporação do progresso técnico.

Na verdade, insistir na importância da questão do trabalho produtivo contra o improdutivo e associar trabalho improdutivo à indústria dos serviços é ignorar a característica mais distintiva desta última no capitalismo tecnoburocrático: a generalização do capital de grande escala na indústria dos serviços, usando tecnologia altamente sofisticada. Este fenômeno pode ser observado em lojas de departamento, supermercados, shopping centers, restaurantes, lojas de "fast food" e instalações alimentícias institucionais, no setor de diversões, hospitais e assistência médica, seguros e educação. O capital de grande escala penetrou decisivamente nessas áreas, seja servindo o público diretamente, seja através de contratos com o estado. Elas empregam milhares e milhares de trabalhadores. Nos Estados Unidos, por exemplo, a indústria dos serviços não só cresceu a um ritmo muito mais elevado, como também aumentou em volume absoluto, se comparada ao setor industrial. Conseqüentemente,

não mais faz sentido considerar esses trabalhadores como improdutivos ou considerar seus capitalistas respectivos meramente como beneficiários da circulação de mais-valia realizada na produção de bens materiais.

Quando Adam Smith desenvolveu o conceito de trabalho produtivo, ele estava preocupado com as causas da riqueza das nações. A proporção de trabalhadores produtivos existentes em uma dada sociedade foi uma dessas causas. No entanto, se atualmente insistirmos em limitar o conceito de trabalho produtivo àquele trabalho que produz bens materiais, teremos de inverter a proposição original, afirmando que quanto maior for a proporção de trabalhadores produtivos, menos desenvolvidas serão as forças produtivas.

Mas mesmo em termos do conceito de trabalho produtivo proposto por Marx, essa distinção não ajuda a diferenciar as classes sociais, e menos ainda a fazer a distinção entre a classe trabalhadora e a nova pequena burguesia, ou seja, a tecnoburocracia, como Poulantzas tenta fazer. É discutível que Marx tenha tentado definir a classe trabalhadora por meio desse conceito. Em "The Sixth Unpublished Chapter of Capital", Marx expressamente inclui diretores, engenheiros, especialistas técnicos e supervisores como trabalhadores produtivos. Eles são considerados parte do trabalho coletivo na medida em que, no modo de produção especificamente capitalista, a verdadeira alavanca no processo de trabalho é cada vez mais não o trabalhador individual, mas o trabalhador coletivo. É o trabalhador coletivo que é responsável pela produção de mercadorias. Alguns trabalham melhor com as mãos, outros com a cabeça, um como gerente, engenheiro, técnico, outro como supervisor, um terceiro como trabalhador braçal ou mesmo fazendo trabalhos pesados. Um número cada vez maior de tipos de trabalho é incluído no conceito de trabalho coletivo, e aqueles que os realizam são classificados como trabalhadores produtivos, trabalhadores diretamente explorados pelo capital e subordinados a seu processo de produção e expansão.

A solução de Poulantzas para esse problema é afirmar que, mesmo sendo trabalhadores produtivos, os especialistas técnicos não podem ser considerados membros da classe trabalhadora porque o capital subordina os trabalhadores. Na verdade, isso não é uma solução. Se os tecnoburocratas como um todo, ou pelo menos alguns deles, são trabalhadores produtivos, é evidente que este conceito não pode ser usado para diferenciar a nova pequena burguesia da classe trabalhadora.

Por outro lado, se ampliarmos o conceito de trabalho produtivo para incluir vendas e serviços em geral dentro de uma estrutura capitalista, é evidente que as categorias de produtivo e improdutivo são inúteis para definir classe social, apesar dos esforços de Poulantzas. Mas se Marx considera que '... o capitalista desempenha uma função produtiva. Ela consiste na direção e na exploração do trabalho produtivo' (1864: 1048), torna-se óbvio que não é com essas categorias (que ele desenvolveu especialmente para demonstrar a mudança do capital mercantil especulativo para o

capital industrial), que poderemos distinguir trabalhadores de tecnoburocratas ou definir a classe trabalhadora no capitalismo atual.

Trabalho Braçal e Trabalho Intelectual

Na última seção, vimos que trabalho produtivo e improdutivo não podem ser usados como categorias para diferenciar a classe trabalhadora da tecnoburocracia, pois no capitalismo tecnoburocrático praticamente todos os trabalhadores, inclusive os tecnoburocratas, tornaram-se 'produtivos', isto é, estão sujeitos à lógica do capital e produzem mais-valia. No entanto, o mesmo não pode ser dito das categorias trabalho braçal e trabalho intelectual. Na tradição marxista convencional, apenas os trabalhadores braçais produtivos pertencem à classe trabalhadora em sentido estrito. Assim, poderíamos concluir que os trabalhadores braçais produtivos formam a classe trabalhadora, enquanto aqueles trabalhadores produtivos (e também os improdutivos) que desempenham trabalho intelectual seriam tecnoburocratas. Mas essa solução aparentemente óbvia é também insatisfatória porque não é fundamentada na história. Trabalho braçal e trabalho intelectual não são categorias históricas, mas apenas categorias descritivas. Em lugar de opor trabalho intelectual a trabalho braçal, ou trabalho produtivo a trabalho improdutivo, proponho examinarmos a distinção entre trabalho de 'coordenação', desempenhado pelos tecnoburocratas, e trabalho 'operacional', desempenhado pelos trabalhadores.

A distinção entre trabalho braçal e trabalho intelectual tem sido fundamental desde os começos da história. Ela atravessa toda a história da humanidade. Exatamente por essa razão, não é uma categoria histórica que ajude a compreender a mudança histórica. Muito antes do capitalismo, essa dicotomia foi básica para distinguir a classe dominante da classe dominada em cada modo de produção. Embora seja difícil dizer que a classe dominante sempre exerceu funções estritamente intelectuais, é evidente que as atividades políticas, religiosas, administrativas e militares desempenhadas pela classe dominante eram de natureza mais intelectual do que braçal. As classes foram definidas por sua participação nas relações de produção, mas isso implica que o trabalho braçal ficará reservado para a classe dominada, e o trabalho intelectual, para a classe dominante.

Em lugar de dizer que os intelectuais são membros da classe dominante, é mais acurado dizer que eles são assistentes ou consultores da classe dominante. A teoria de Gramsci do intelectual orgânico mostra uma compreensão muito clara desse ponto. Ele considerava os intelectuais como os 'comissários' do grupo dominante que executam funções de hegemonia social e governança política (1934:12). Os intelectuais são parte da sociedade civil, diretamente responsáveis pela articulação da hegemonia ideológica. Os sistemas jurídico e policial também se inserem nesse âmbito tradicional. Como

tecnoburocratas, eles têm um papel cada vez maior na organização da produção. No estatismo, eles assumem diretamente a responsabilidade pela dominação. Entre os intelectuais, incluem-se principalmente filósofos, cientistas, o clero e os educadores, bem como autoridades públicas, juízes, gerentes e especialistas técnicos. Homens de negócio, empresários e profissionais independentes também deveriam ser contados entre os que desempenham trabalho intelectual.

Esse amplo espectro aponta para a limitação fundamental das categorias trabalho braçal e trabalho intelectual. Se empregarmos esse termo em sentido amplo, existem intelectuais em todos os modos de produção. Além disso, dentro de cada modo de produção observamos intelectuais pertencentes a várias classes. O empresário é burguês; o profissional independente, pequeno burguês; o burocrata, um tecnoburocrata. Não há razão para não considerar como intelectuais certos trabalhadores altamente qualificados ou aqueles com forte consciência política.

Esses fatos limitam decisivamente a utilidade do conceito em questão. Embora saibamos que o socialismo só será alcançado quando a distinção entre trabalho braçal e trabalho intelectual desaparecer e quando a defasagem entre os dois tipos de trabalho deixar de ser fundamental em qualquer sociedade, temos de admitir que esse conceito tem um papel apenas limitado na compreensão da história, na medida em que vai além das relações de produção.

Por outro lado, essa distinção é bastante relativa, dando margem a uma área de indefinição considerável entre as duas categorias. Poderíamos dizer que o trabalho intelectual implica maior esforço mental, enquanto o trabalho braçal implica maior esforço físico. No entanto, todo trabalho envolve algum grau de atividade mental; por outro lado, alguns operários apenas apertam botões ou giram alavancas, o que exige menos força física e talvez menos esforço mental do que o exigido de funcionários de escritório com suas canetas, máquinas de escrever e calculadoras.

Gramsci compreendeu isso quando alertou para o erro de procurar certas qualidades intrínsecas aos intelectuais em lugar de observar sua participação nas relações de produção:

O erro de método mais disseminado parece ser o de ter procurado esse critério de distinção na natureza intrínseca das atividades intelectuais, e não no conjunto do sistema de relações em que essas atividades (e, portanto, os grupos intelectuais que os personificam) se situam dentro do complexo geral das relações sociais. (1934: 8)

Trabalho Operacional e de Coordenação

Assim, o essencial na definição de uma classe é sua participação nas relações de produção. O fato de executar atividade intelectual não identifica a posição de classe de

alguém, embora possa fornecer alguma indicação nesse sentido. Isso é verdade não apenas por ser difícil distinguir trabalho braçal de trabalho intelectual, mas também, e mais importante, porque o trabalho intelectual pode ser executado por e para diferentes classes dominantes.

Proponho utilizar as categorias trabalho de coordenação/operacional como alternativa às categorias trabalho produtivo/improdutivo. Essas categorias são específicas ao modo de produção tecnoburocrático. Permitem que se faça uma clara distinção entre a classe trabalhadora e a classe tecnoburocrática, não só no estatismo mas também no capitalismo tecnoburocrático. O avanço das relações de produção tecnoburocráticas no capitalismo atual pode ser mais bem compreendido com o uso dessas categorias.

Uma hipótese básica por trás desse argumento é a de que os intelectuais orgânicos, tal como definidos por Gramsci, aumentaram tanto, em número e poder, à medida que as organizações burocráticas se multiplicaram e passaram a constituir a estrutura básica da produção, que eles se tornaram uma classe em si mesmos. Gramsci observou que 'no mundo moderno a categoria dos intelectuais, assim entendidos, sofreu uma expansão sem precedentes' (1934:13). No entanto, ele os considerava como os intelectuais orgânicos da burguesia. Gramsci deu considerável importância aos intelectuais e foi, na verdade, o primeiro grande marxista a fazê-lo. Embora nunca o tivesse afirmado, talvez ele tenha percebido que os intelectuais estavam ganhando massa crítica, conscientes de seus próprios interesses e assumindo o status de uma classe dentro de um novo modo de produção emergente. Enquanto a burguesia continuasse a ser a classe dominante, os intelectuais poderiam continuar a ser uma parte orgânica da burguesia. Mas esse caráter orgânico é uma questão de grau.²⁴ Para muitos tecnoburocratas, que são o tipo particular de intelectuais que nos interessa aqui, esse caráter orgânico é total, enquanto para outros é duvidoso. A lealdade dos burocratas à classe capitalista é uma função decrescente de seu aparecimento como uma classe autônoma. Estamos testemunhando o aparecimento de um crescente número de intelectuais que são decididamente hostis à burguesia, mesmo se não dispõem de alternativa a não ser servir a esta classe em graus variados, trabalhando como tecnoburocratas para o Estado e para empresas comerciais privadas.

A fim de estabelecer uma clara distinção entre tecnoburocratas e trabalhadores, os conceitos de trabalho de coordenação e trabalho operacional são fundamentais. O tecnoburocrata desempenha trabalho de coordenação, o trabalhador, trabalho operacional. Trabalho de coordenação é aquele que cria, administra ou ajuda a administrar a organização; trabalho operacional é aquele que faz a organização funcionar no nível das atividades mecânicas ou braçais na agricultura, na indústria e

²⁴ De acordo com Gramsci, "deveria ser possível medir o caráter 'orgânico' (organicidade) dos vários estratos intelectuais e seu grau de conexão com um grupo social fundamental..." (1934: 12)

nos serviços. Como no capitalismo, onde o trabalho produtivo cria mais-valia sob a direção do capitalista, no estatismo, tanto o trabalho operacional como o de coordenação criam e expandem a organização, além de assegurar a produção de excedente. Não se pode indicar isoladamente o trabalho operacional ou o trabalho de coordenação como criador da organização, pois ambos estão intrinsecamente ligados. Juntos, eles produzem a organização burocrática, e juntos colaboram para produzir o excedente.

Marx tinha consciência desse tipo de interação quando falava sobre o trabalhador coletivo, incluindo gerentes, engenheiros e especialistas técnicos nesta categoria. Ele ainda raciocinava em termos do sistema capitalista, mas é evidente que um novo modo de produção é criado através desse processo. Marx reconheceu este fato quando falou sobre as sociedades anônimas, uma forma avançada de capitalismo e um ótimo exemplo de como funciona o trabalhador coletivo. Ao descrever essas empresas, ele afirma que embora elas 'ainda permaneçam confinadas dentro de barreiras capitalistas', elas são

...a abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista, e assim, uma contradição que se auto-anula, que à primeira vista se apresenta como um mero ponto de transição para uma nova forma de produção (1894: 571 e 569).

O trabalho de coordenação estende-se desde o gerente executivo da organização burocrática até os funcionários de escritório. Gerentes, engenheiros, especialistas técnicos, consultores, supervisores, contadores e funcionários de todos os níveis dividem o trabalho de coordenação. Eles são tecnoburocratas de nível superior, médio e inferior. Por outro lado, aqueles trabalhadores cujo trabalho se relaciona apenas com tarefas de produção de bens ou serviços são os operários. Eles não coordenam; eles atuam. Eles poderiam ser definidos positivamente pelo fato de executarem diretamente as operações essenciais à produção, ou negativamente, pela ausência de tarefas de coordenação. Talvez este critério negativo seja o critério fundamental, pois os trabalhadores da coordenação colaboram na produção, embora indiretamente, enquanto os operários não colaboram, nem mesmo indiretamente, na coordenação da produção.

O conceito de trabalho operacional é bastante amplo. Ele inclui os trabalhadores da produção tradicionais, além de uma grande variedade de atividades não precisamente caracterizadas em termos de produção, como os limpadores ou os lixeiros. Também são operários aqueles que trabalham em transporte coletivo, companhias de água, manutenção de esgotos, aqueles que realizam trabalho braçal em assistência médica e diversões, ou os que fazem a reposição das prateleiras e desossam carne nos supermercados.

Naturalmente ainda há áreas indefinidas. Professores realizam certas tarefas de coordenação, mas ainda assim são trabalhadores. Vendedores poderiam ser

considerados tecnoburocratas porque executam atividade de coordenação entre o fornecedor e o comprador, mas, ao mesmo tempo, especialmente em operações comerciais de varejo, são eles que realizam as operações de fornecimento por excelência.

Essas grandes áreas de indefinição relativas ao trabalho da tecnoburocracia de nível inferior e da classe trabalhadora existem em razão da própria natureza da relação de produção tecnoburocrática. O tecnoburocrata é um trabalhador de coordenação que detém uma parcela teórica da propriedade da organização burocrática. Seu trabalho de coordenação é precisamente o exercício dessa propriedade, expresso diretamente em termos de poder dentro da organização burocrática e indiretamente em termos de controle sobre os meios de produção detidos por uma dada organização burocrática. No entanto, um tecnoburocrata de nível inferior tem apenas um poder muito limitado e, desse modo, é difícil diferenciar seu trabalho de coordenação de seu trabalho operacional.

Tais conceitos são úteis para ajudar a definir a nova classe média em sociedades capitalistas, a classe dirigente em formações sociais estatais e também para nos fazer compreender quando o socialismo se tornará viável. Concluindo, este não é o momento para uma discussão aprofundada dessa questão. No entanto, usando os conceitos de trabalho de coordenação e trabalho operacional, quero apenas dizer que o socialismo, uma sociedade onde a justiça prevaleça, não será alcançado através da revolução, ou através do poder tecnoburocrático disfarçado sob o nome 'ditadura do proletariado'. O socialismo só existirá quando a diferença entre trabalho operacional e trabalho de coordenação desaparecer ou, pelo menos, quando perder importância relativa: quando aqueles que hoje dirigem ou realizam trabalho de coordenação possam ser os mesmos que no futuro realizarão funções operacionais, pois as diferenças de escolaridade e capacitação individual estarão substancialmente reduzidas.

Referências

- Altwater, E. e Freerkhuisen (1970) "Sobre el trabajo productivo e improductivo". *Crítica de la Economía Política*. México: edição latino-americana, n.8, Ediciones Caballito, 1978. Primeira edição alemã, 1970.
- Bahro, Rudolf (1978) *The Alternative in Eastern Europe*. Londres: New Left Books.
- Baran, Paul (1957) *The Political Economy of Growth*. Nova York: Modern Reader.
- Becker, D. e Sklar, R. (1987) "Why Postimperialism?". In Becker et al. (1987).
- Becker, D., Frieden, J., Schatz, S. e Sklar, R. (1987) *Postimperialism*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

- Bell, Daniel (1979) "The New Class: A Middled Concept". In Bruce-Briggs, (1979).
- Bendix, R. e Lipset, S., eds. (1966) *Class, Status and Power*. Nova York: The Free Press.
- Bernardo, João (1975) *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Boccaro, P. et al. (1971) *Traité Marxiste d'Economie Politique. Le Capitalisme Monopoliste d'Etat*. Paris: Editions Sociales.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1962) "The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil". *Journal of Interamerican Studies*, vol. IV, n. 3, julho
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1972a) "A Emergência da Tecnoburocracia", in Bresser-Pereira (1972). Republicado in Bresser-Pereira (1980).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1972b) *Tecnoburocracia e Contestação*. São Paulo: Vozes.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1974) *Empresários e Administradores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1977) "Notas Introdutórias ao Modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção". *Estudos CEBRAP*, nº. 21, abril 1977.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1978) *O Colapso de uma Aliança de Classes. A Burguesia e a Crise do Autoritarismo Tecnoburocrático*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1981) *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. São Paulo: Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1986) *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Brasiliense.
- Bruce-Briggs, B. (1979) *New Class?* Nova York: McGraw Hill.
- Burnham, James (1941) *The Managerial Revolution*. Bloomington: Indiana University Press, 1960. Primeira edição, 1941.
- Burris, Val (1980) "Capital Accumulation and the Rise of the New Middle Class". *Review of Radical Political Economics*, vol. 12. n.1, primavera, 1980.
- Castoriadis, Cornelius (1949) "Les Rapports de Production in Russie". *Socialisme ou Barbarie*, n. 2, maio de 1949. Reproduzido in Castoriadis (1973).
- Castoriadis, Cornelius (1973) *La Société, Bureaucratique*. Paris: La Collection 10/18, Union Generale d'Editions.
- Dahrendorf, Rolf (1957) *Class and Class Conflict in Industry Society*. Londres: Routledge & Kegan, 1959. Primeira edição alemã, 1957.

- Engels, Friedrich (1881) "Classes Sociais e Classes Supérfluas". *Temas* n.3, 1978. São Paulo: Editora Ciências Humanas. Primeira edição alemã, 1881.
- Freyer, Hans (1931) "A Sociedade Estamental" (um capítulo de "Introduction to Sociology", de Freyer). In Octavio Ianni (1973). Primeira edição alemã, 1931.
- Frieden, Jeff (1987) "International Capital and National Development: Comments on Postimperialism". In Becker et al. (1987).
- Galbraith, John Kenneth (1967) *The New Industrial State*. Nova York: A Mentor Books, 1979. Primeira edição, 1967.
- Giddens, Anthony (1973) *The Class Structure of the Advanced Societies*. Londres: Hutchinson.
- Gillman, Joseph (1957) *The Falling Rate of Profits*. Londres: Dobson.
- Goldthorpe, J. et al. (1969) *The Affluent Worker in the Class Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gramsci, Antonio (1934) *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. Nova York: International Publishers, 1971 (Hoare, Q. e Smith, G., eds.). Escrito em italiano por volta de 1934.
- Halbwachs, Maurice (1955) *The Psychology of Social Class*. Londres: William Heinemann Ltd., 1958. Primeira edição francesa, 1955.
- Hirano, Sedi (1975) *Castas, Estamentos e Classes Sociais*. São Paulo: Alfa-Omega.
- Horvat, Branko (1982) *The Political Economy of Socialism*. Armonsk: M.E. Sharpe.
- Hunt, E. K. (1979) "The Categories of Productive and Unproductive Labour in Marxist Economic Theory". *Science and Society*, vol. XLIII, n. 3.
- Ianni, Octávio (1973) *Teorias de Estratificação Social*. São Paulo: Editora Nacional.
- Kelly, Kevin D. (1979) "The Independent Mode of Production". *The Review of Radical Political Economics*, vol. 11, n. 1, primavera.
- Lenski, G. (1966) *Power and Privilege*. Nova York: McGraw Hill.
- Lukács, Georg (1922) *History and Class Consciousness*. Cambridge: MIT Press, 1976. Primeira edição, 1922.
- Malthus, Thomas R. (1836) *Principles of Political Economy* (Segunda Edição). Nova York: Augustus M. Kelley, 1951, (Publicado originalmente, 1836).
- Marx, Karl (1862) "Theories of Surplus Value", Volume IV do *Capital*. Moscou: Progress Publishers, 1963. Escrito entre 1861 e 1863. Originalmente publicado por Kautsky, 1905.
- Marx, Karl (1864) "The Sixth Unpublished Chapter of Capital: Results of the Immediate Process of Production". Apêndice do *Capital* Volume I. Londres: Penguin Books, 1979.

- Marx, Karl (1885) *Capital*, Volume II. Londres: Penguin Books, 1978. Escrito entre 1863 e 1877. Publicado por Engels, 1885.
- Marx, Karl (1894) *Capital*, Volume III. Londres: Penguin Books, 1981. Escrito entre 1864-1865. Publicado por Engels, 1894.
- Marx, K. e Frederick E. (1846) *The German Ideology*. Nova York: International Publishers, 1970. Edição original alemã, 1846.
- Marx, K. e Frederick E. (1848) *The Communist Manifesto*. Nova York: Monthly Review Press, 1964. Primeira edição alemã, 1848.
- Mathews, Mervyn (1978) *Privilege in the Soviet Union*. Londres: George Allen & Unwin.
- Mills, C. Wright (1951) *White Collar, The American Middle Class*. Nova York: Oxford University Press.
- Parsons, Talcott (1940) "An Analytical Approach to the Theory of Social Stratification". *The American Journal of Sociology*, vol. XLV, n.6, maio.
- Poulantzas, Nicos (1974) *Classes in Contemporary Capitalism*. Londres: NBL, 1975. Primeira edição francesa, 1974.
- Quesnay, François (1766) *Tableau Economique des Phisiocrates*. Paris: Calma-Levy, 1969. Primeira edição, 1766.
- Rizzi, Bruno (1939) "L'URSS: Colletivisme Bureaucratique". Inicialmente parte de *La Bureaucratization du Monde*. Paris: Editions Champ Libre, 1976. Primeira edição, 1939.
- Salama, Pierre (1978) "Desarrollo de un Tipo de Trabajo Improdutivo y Baja Tendencial de la Tasa de Beneficio". *Critica de la Economia Politica*, Edição Latino-americana, n. 8. México: Ediciones Caballito.
- Singer, Paul (1981) "Trabalho Produtivo e Excedente". *Revista de Economia Política*, vol. 1, n. 1, Janeiro-março.
- Smith, Adam (1776) *The Wealth of Nations*. Londres: Everyman's Library, 1964. Primeira edição, 1776.
- Sweezy, Paul (1942) "The Illusion of the Managerial Revolution". In Sweezy, P. (1953). Primeira edição, 1942.
- Sweezy, Paul (1953) *The Present as History*. Nova York: Monthly Review Press, 1953.
- Sweezy, Paul (1980) *Post-revolutionary Society*. Nova York: Monthly Review Press.
- Therborn, Goran (1980) *The Ideology of Power and the Power of Ideology*. Londres: Verso.

- Toennies, Ferdinand (1931) "Estates and Classes". In Bendix, R. e Lipset, S., eds. (1966). Primeira edição alemã, 1931.
- Warner, W.L. e Lunt UNT, P.S. (1941) *The Social Life of a Modern Community*. New Haven: Yale University Press.
- Warner, W. L. et al. (1949) *Social Class in America*. Nova York: Harper and Brother, 1960. Primeira edição, 1949.
- Warner, William Lloyd (1953) *American Life: Dream and Reality*. Chicago: University of Chicago Press.
- Weber, Max (1916) *The Religion of India*. Editado por Hans H. Gerth e Don Martindale. Illinois: The Free Press, 1958. Primeira edição alemã, como Parte II de "Die Wirtshaftsethic der Weltreligionen". Achir fur Socialwissenahalf und Socialpolitik, 1916.
- Weber, Max (1922) *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press, 1978. Primeira edição alemã, 1922.
- Wright, Erik Olin (1978) *Class, Crisis and the State*. Londres: Verso, 1979. Primeira edição, 1978.